



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH**  
**ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA - EB**

**JULIANA CHAGAS MOREIRA**

**A AUTORIA:**  
**UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NORMAS DOCUMENTÁRIAS BRASILEIRAS**

Rio de Janeiro

2016

JULIANA CHAGAS MOREIRA

A AUTORIA:

UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NORMAS DOCUMENTÁRIAS BRASILEIRAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naira Christofolletti Silveira

Rio de Janeiro

2016

Moreira, Juliana Chagas, 1992-

A autoria : uma análise a partir das normas documentárias brasileiras / Juliana Chagas Moreira. - 2016.

64 f.: il. color.; 30 cm.

Orientadora: Naira Christofolletti Silveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)  
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,  
2016.

1. NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA. 2. NORMAS  
BRASILEIRAS. 3. AUTORIA. I. Silveira, Naira Christofolletti,  
1982- , *orient.* II. Título.

JULIANA CHAGAS MOREIRA

A AUTORIA:

UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NORMAS DOCUMENTÁRIAS BRASILEIRAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Naira Christofolletti Silveira (orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Campos Machado  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Ms. Vinicius de Souza Tolentino  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

À minha avó Marione.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e à Nossa Senhora, por me darem forças, não só durante o curso, mas toda a minha vida, só eles sabem o quanto foi difícil, mas consegui.

Aos meus pais Cristina Pontes das Chagas Moreira e Emanuel Durval Moreira, que sempre se esforçaram, me incentivaram e lutaram em busca de uma educação de qualidade, os amo muito.

À Clara das Chagas Moreira, um presente na minha vida, que mesmo sendo nova, e não entendendo muito, me alegrou e me fez parar um pouco no meio desse ritmo atribulado que é o término da graduação.

À minha tia Almerinda Moreira, por ser uma grande apoiadora durante esses quatro anos e meio de universidade. Pelo incentivo na busca de pesquisas e bolsas, por saber o quão importante seriam na minha vida acadêmica, e também por me dar um espaço na sua casa afim de que ficasse mais perto da universidade e conseguisse me dedicar mais aos estudos, além de ser um grande exemplo de profissional.

Aos familiares pelo incentivo, e puxões de orelha quando necessário, em especial a minha madrinha Juciara de Souza Moreira, pelo apoio desde o primeiro momento.

À minha grande amiga e dupla, que a Biblioteconomia e a universidade me deram, Jéssica Caires Ramos, por todos os trabalhos, seminários, artigos, conversas e apoio durante toda essa caminhada, não só uma colega de profissão, mas uma amiga para vida.

À Thaiana Barros Corrêa que me incentivou e me incentiva em todas as conquistas tanto na vida acadêmica quanto pessoal.

À Melina de Matos Argyros e à Michelle Maria Orphão da Silva que mesmo de longe, acompanharam, incentivaram durante todo o processo da descoberta do curso ao final desta pesquisa.

Aos professores e colegas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Escola de Biblioteconomia, cada um a sua maneira de ensinar, fez com que me apaixonasse cada vez mais por esse curso, contribuíram para o meu conhecimento e crescimento profissional, sem vocês não teria chegado até final.

Aos meus supervisores de estágio, da Fundação Biblioteca Nacional, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho. Que nas diferentes práticas da profissão passaram ensinamentos que levarei para a vida.

E por último e não menos importante, à minha orientadora Naira Christofolletti Silveira, um exemplo de Bibliotecária, professora e profissional. Obrigada pelo apoio e incentivo, peças chave na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

## RESUMO

Tem como temática principal a autoria na normalização de documentos, por isso se inicia este trabalho com um histórico sobre a questão do autor desde a Idade Média até os dias atuais, incluindo as diferentes formas de se representar a autoria através das normas. O objetivo geral desse trabalho é analisar como a questão autoral é abordada nos documentos, a partir das normas brasileiras, especificamente das normas de documentação do Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (CB-14), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). São os objetivos específicos: a) apresentar conceitos de autoria; b) selecionar as normas a serem utilizadas; c) analisar e comparar as normas; d) exemplificar a aplicação das normas; e) refletir sobre as normas e a questão autoral. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e comparativa, com base nas normas publicadas pela ABNT. Primeiro, foram selecionadas as normas que possuem os termos relacionados com a autoria, depois, foi realizada a leitura e análise das normas individualmente e também as normas foram comparadas entre si. Por fim, após a análise, foram incorporados alguns exemplos com documentos reais para ilustrar a discussão sobre a autoria e as normas. Sendo assim, a análise possui em dois aspectos: com relação a definição e a estrutura do documento, onde se explica o que cada norma apresenta sobre o elemento autoria e as orientações sobre a descrição da autoria no documento. Observa-se que, em relação entre o seu conceito e o seu lugar nos documentos, a autoria está presente na maioria das normas publicadas pela ABNT, entretanto há algumas diferenças em sua abordagem. Em algumas normas há definição do termo autor, em outras normas há apenas o termo, em outras não há qualquer menção sobre a questão da autoria. Em algumas normas, as orientações sobre a representação e descrição do elemento autor é diferente, por exemplo, em uma norma o autor deve ser o primeiro elemento a aparecer no documento e em outra norma ele aparece após o título. Independente disso, a autoria está presente e faz parte na normalização documentária brasileira, por isso estudos sobre a autoria na Biblioteconomia são importantes para Organização e Representação do Conhecimento personificado.

**Palavras-chave:** Normalização documentária. Normas brasileiras. Autoria.

## ABSTRACT

Mainly themed in the authorship in document normalization, this work is begun through a history of the author from the Middle Ages to the present day, including the different ways of representing authorship through norms. The general objective of this work is to analyze how the authorial question is approached in documents, from the Brazilian norms, specifically of the documentation standards of the Brazilian Committee of Information and Documentation (CB-14), from the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT). The specific objectives are: a) to present concepts of authorship; b) select the standards to be used; c) analyze and compare standards; d) to exemplify the application of the standards; e) reflect about the standards and the author issue. It is a bibliographical, documentary and comparative research, based on the standards published by ABNT. First, the standards that have terms related to the authorship were selected, then the reading and analysis of the standards was performed individually; the standards were then compared to each other. Finally, after the analysis, some examples were incorporated with real documents to illustrate the discussion about authorship and norms. Therefore, the analysis has two aspects: relating to the definition and structure of the document, where it is explained what each norm presents about the authoring element, and the guidelines on the description of authorship in the document. It is observed that, regarding its concept and its place in documents, authorship is present in most of the standards published by ABNT, however there are some differences in their approach. In some norms there is definition of the term author, in other norms there is only the term, and yet in others there is no mention of the issue of authorship. In some norms, the guidelines on the representation and description of the author element are different, for example, in a norm the authorship must be the first element to appear in the document and in another norm, it appears after the title. Regardless, authorship is present and is part of Brazilian documentary normalization, so studies on authorship in Library Science are important for Organization and Representation of Knowledge personified.

**Keywords:** Documentary standardization. Brazilian standards. Authorship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Normas vigentes do CB-14.....	18
Figura 2 -	Capa e folha de rosto de publicação periódica impressa.....	37
Figura 3 -	Tela de abertura de publicação periódica em meio eletrônico.....	38
Figura 4 -	Imagem de um artigo de publicação periódica.....	39
Figura 5 -	Exemplo de referências.....	40
Figura 6 -	Sumário de periódico científico.....	41
Figura 7 -	Capa de livro.....	42
Figura 8 -	Folha de Rosto.....	42
Figura 9 -	Exemplos de citações.....	43
Figura 10 -	Capa de relatório técnico.....	44
Figura 11 -	Folha de rosto de relatório técnico.....	45
Figura 12 -	Lombada de livro.....	46
Figura 13 -	Capa e folha de rosto de trabalho acadêmico.....	47
Figura 14 -	Projeto de pesquisa.....	48
Figura 15 -	Pôster.....	49

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Artigos e trabalhos recuperados.....	16
Quadro 2 -	Normas e suas erratas e emendas do CB-14.....	19
Quadro 3 -	Termos referentes a autoria recuperados nas normas do CB-14.....	32
Quadro 4 -	Normas que compõe o universo da pesquisa.....	34
Quadro 5 -	Definições de autoria nas normas.....	35
Quadro 6 -	Localização da autoria nas normas.....	49

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	OBJETIVOS.....	13
1.2	JUSTIFICATIVAS.....	14
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2	<b>PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS</b> .....	16
3	<b>A QUESTÃO AUTORAL E AS NORMATIVAS BRASILEIRAS</b> .....	21
3.1	QUESTÕES AUTORAIS.....	21
3.2	AS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO AUTOR.....	25
3.3	AS NORMAS DOCUMENTÁRIAS BRASILEIRAS.....	27
4	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	32
4.1	O UNIVERSO ANALISADO.....	32
4.1.1	Normas que abordam a questão autoral.....	34
4.1.2	Exemplos utilizados na análise.....	35
4.2	QUESTÃO AUTORAL: PESSOA OU ENTIDADE.....	35
4.3	QUESTÃO AUTORAL: ESTRUTURA DO DOCUMENTO.....	37
4.3.1	NBR 6021/2015: Publicação periódica e/ou científica.....	37
4.3.2	NBR 6022/2003: Artigo em publicação periódica científica impressa.....	38
4.3.3	NBR 6023/2002: Referências.....	39
4.3.4	NBR 6027/2012: Sumário.....	41
4.3.5	NBR 6029/2006: Livros e folhetos.....	41
4.3.6	NBR 10520/2002: Citações.....	43
4.3.7	NBR 10719/2015: Relatório técnico e/ou científico.....	43
4.3.8	NBR 12225/2004: Lombada.....	45
4.3.9	NBR 14724/2011: Trabalhos acadêmicos .....	46
4.3.10	NBR 15287/2011: Projeto de pesquisa.....	47
4.3.11	NBR 15437/2006: Pôsteres técnicos e científicos.....	48
4.4	COMPARATIVO ENTRE AS NORMAS.....	49
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
	<b>ANEXO A – NORMAS RECUPERADAS DO CATÁLOGO DA ABNT...</b>	57

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão da autoria, especificamente como a autoria está presente nas normas documentárias. As normas documentárias são elaboradas por diversas instituições, em nível nacional e internacional, e sua utilização deve estar de acordo com as recomendações estabelecidas para fins específicos, por exemplo, um documento a ser submetido a um evento da área da saúde, provavelmente deverá seguir as normas no Estilo Vancouver. Sendo assim, as normas documentárias a serem adotadas na elaboração de um documento variam de acordo com a área do conhecimento e também de acordo com o país.

Como exemplos de instituições responsáveis por elaboração de normas, tem-se a *International Organization for Standardization (ISO)*, a *American Psychological Association (APA)*, *International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)* responsável pelo Estilo Vancouver e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como sendo as mais conhecidas. Embora sejam instituições distintas, todas elas buscam normatizar documentos e a forma como o autor será representado no documento, quando escrito por ele ou quando ele for citado, fazem parte da normalização. Por existirem diversas normativas, neste estudo, optou-se por fazer um recorte geográfico e trabalhar apenas com as normas brasileiras.

Neste sentido, acredita-se que as normativas são importantes em muitas áreas do conhecimento, pois existem diversos órgãos responsáveis por sua elaboração, evidenciando assim o valor desta prática. Ao fazer uso das normas na elaboração de um documento ele se torna mais acessível, pois segue padrões, e por meio deles é possível identificar as informações que determinam a tipologia documental. E assim o conhecimento de um indivíduo contido nesses documentos é passível de ser disseminado.

Entende-se que o conhecimento é considerado elemento essencial para o desenvolvimento humano e a sociedade o vem produzindo de forma rápida e ininterrupta ao longo dos anos, a fim de suprir suas necessidades, transformando-se em um caos documentário o registro desses novos conhecimentos. No meio dessa quantidade infinita de informações que nos deparamos diariamente são necessários mecanismos, ferramentas e tecnologias capazes de atender às inúmeras demandas que a sociedade tem em espaço de tempo cada vez mais curto, a fim de que o conhecimento produzido não se perca. Considerando que a produção de conhecimento estimula o saber científico e facilita o cotidiano da sociedade, a busca pela informação sempre fez parte do ser humano, entretanto, a informação, até algumas décadas atrás, era produzida ou disseminada em sua maior parte por

círculos fechados. Atualmente ela é encontrada de diversas formas e em diversos locais, e hoje a internet contribui para sua maior propagação.

Contudo, dentro dessa quantidade de informações, como saber o que é certo ou errado, o que foi comprovado ou não, quem é o responsável pela produção da informação que está circulando. A partir de quais elementos as informações adquirem credibilidade e veracidade, nesse estudo são abordados dois elementos importantes relacionados a essas questões: a autoria e a normalização.

A autoria é um fator impar na identificação e representação de um documento, seja científico ou não. Desse modo, no meio de tanta informação produzida tem-se a necessidade de saber o seu criador, produtor, ou seja, o seu responsável. E no meio científico é necessária essa identificação, pois além de dar veracidade e valor ao que foi publicado e exposto, traz *status* e também o reconhecimento o mérito por determinadas descobertas, que resulta em indicadores que subsidiam o fomento de novas pesquisas.

No caso da normalização, ela está diretamente ligada à padronização e recuperação da informação. Pois a partir do momento que o documento está de acordo com o formato previamente estabelecido e elaborado, será representado e posteriormente recuperado da melhor forma a fim de satisfazer as necessidades dos usuários.

O presente estudo então traz a luz a normalização de documentos, especificamente a normalização de documentos brasileiros, através das normas da ABNT, e o lugar da autoria nas respectivas normas.

Ao iniciar o estudo surgiu então como questão norteadora desta pesquisa: Como a questão autoral é abordada nas normativas brasileiras?

Com o intuito de responder a questão acima, foram estabelecidos os seguintes objetivos propostos na subseção a seguir.

## 1.1 OBJETIVOS

Considerando que o fazer bibliotecário está aliado a normas e padrões, o objetivo geral desse estudo é analisar como a questão autoral é abordada nos documentos, a partir das normativas brasileiras, especificamente as normas de documentação vigentes e elaboradas pelo Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (CB-14), da ABNT.

Para alcançar o objetivo geral foi necessário traçar os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar e refletir sobre os conceitos de autoria;
- b) analisar e comparar as orientações normativas sobre a autoria;

- c) refletir sobre as normas da ABNT e a questão autoral.

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

As justificativas para esse estudo serão apresentadas a seguir e podem ser descritas em três linhas: justificativa para a área de normalização, justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e justificativas motivadas por experiências pessoais.

No âmbito de estudos na área de normalização, encontram-se diversas pesquisas que abordam as normas da ABNT, como por exemplo, Martins (1984), Monteiro (1997), Batista e Oliveira (2014) e Sousa e Silveira (2014). Entretanto, nesses casos, as normas foram analisadas isoladamente ou a mesma norma foi comparada com suas versões anteriores, ou seja, não foram comparadas entre si. Neste sentido, não houve o comparativo da presença de um mesmo elemento em várias normativas. O que se propõe neste trabalho é analisar o mesmo elemento, a autoria, em todas as normas do CB-14, considerando que as normas e o autor também são campos de estudo da Biblioteconomia. Por apresentar um olhar diferente sobre a análise das normativas até o momento, acredita-se que esta pesquisa seja importante para a própria área de normalização, pois os outros trabalhos apresentavam uma visão geral sobre as normas.

Uma das justificativas para se abordar esta temática no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Escola de Biblioteconomia se refere à atuação da UNIRIO junto à ABNT. Essa representação ficou evidente com a participação da Profa. Maria Tereza Reis Mendes, que por muitos anos atuou ativamente como membro do referido comitê da ABNT, exercendo um lugar de destaque (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011). Infelizmente, a professora veio a falecer em setembro de 2011 e, até o momento, a Escola não possui nenhum docente com representação neste comitê.

Por fim, a última justificativa aqui apresentada é de cunho pessoal. O interesse por essa área sempre foi latente, desde que a disciplina Normalização Documentária foi cursada ainda no 2º período, início do Curso de Graduação em Biblioteconomia, no ano de 2013. Em 2016, durante a experiência de bolsista em projeto de monitoria<sup>1</sup> nesta disciplina, surgiu a ideia de escrever o trabalho de conclusão de curso nessa área, aliando questões atuais sobre a

---

<sup>1</sup> Durante a 10ª Semana de Ensino de Graduação, dentro da 14ª Semana de Integração Acadêmica, foi apresentado um pôster com os resultados obtidos com a bolsa monitoria, referente ao projeto de ensino intitulado: “A normalização documentária no universo acadêmico”. Durante esta mesma Semana de Ensino de Graduação, também foi ministrado um minicurso sobre as normas da ABNT no meio científico.

representação da autoria na área de Organização e Representação do Conhecimento e da Informação.

Sendo assim, podem-se identificar três justificativas para o desenvolvimento desse estudo: motivação pessoal, com relação às experiências vivenciadas durante a graduação; carência de pesquisas sobre as normas da ABNT, especialmente de pesquisas de fundamentação e conceitual; e o reconhecimento da presença da UNIRIO no CB-14 com a participação da Profa. Maria Tereza Reis Mendes, buscando valorizar e formar egressos da UNIRIO com capacidade para retomar os trabalhos já iniciados.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco seções, onde na primeira é feita uma introdução, contendo os objetivos e a justificativa da pesquisa, e finalizando com essa subseção de estruturação do trabalho.

A segunda seção aborda os procedimentos metodológicos utilizados para realização deste trabalho, os tipos de pesquisa aplicados no estudo que esse trabalho se propõe.

Na seção 3 discorre-se sobre o referencial teórico deste estudo, dividido em três subseções: *3.1 Questões autorais*, destacando a evolução da autoria e tendo como base Michael Foucault, Roland Barthes e Roger Chartier para embasarem este tema; *3.2 As formas de representação do autor*, apresenta as outras maneiras de representar a autoria além das normativas; e, *3.3 As normas documentárias brasileiras*, discorre sobre as normas que serão trabalhadas na pesquisa.

Na quarta seção encontra-se a análise dos dados, dividida em quatro subseções: *4.1 O universo analisado*, que aborda como foi realizada a escolha das normas a serem analisadas; *4.2 Questão autoral: pessoa ou entidade*, que trata das definições contidas nas normas analisadas; e *4.3 Questão autoral: estrutura do documento*, abordando o lugar da autoria na estrutura do documento; e *4.4 Comparativo entre as normas*.

Ao final, temos a seção 5, com as considerações finais, que conclui o que foi alcançado ao final da pesquisa, seguida das referências e do anexo.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como toda pesquisa, esta tem como primeira etapa o levantamento bibliográfico e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica tem como base documentos escritos e publicados sobre o tema, trabalhando assim a partir de contribuições elaboradas por outros autores (SEVERINO, 2007; GIL, 2010). Através dela é possível familiarizar-se com o tema e com as pesquisas desenvolvidas sobre esse assunto.

A pesquisa bibliográfica teve como princípio a busca na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) com os seguintes termos: *normalização; normas; ABNT; autor; autoria*. Também se recorreu periódicos da área, livros sobre a temática e a trabalhos apresentados nos seguintes eventos: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD); Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), também utilizando os termos antes citados. A recuperação da busca por tais termos é demonstrada no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos e trabalhos recuperados

<b>Bases e eventos</b>	<b>Quantidade recuperada</b>	<b>Data de busca</b>
BRAPCI	11	Agosto de 2016
CBBDD	2	Julho de 2016
SNBU	10	Julho de 2016

Fonte: Elaboração própria.

Ao realizar a busca foram recuperados 23 textos relacionados com os termos pesquisados, mas não necessariamente abordavam o assunto, com o foco do estudo aqui proposto. No caso da BRAPCI foi onde se obteve maior recorrência de textos ligados a temática, sendo 9 (nove) sobre normalização e 2 (dois) sobre autoria. Durante a busca na BRAPCI não houve recorte temporal.

Durante a busca nos anais do CBBDD, foram recuperados 2 (dois) artigos, onde 1(um) fala sobre normalização bibliográfica, enquanto que o outro aborda o gerenciamento eletrônico de normas técnicas. Ressalta-se que os anais analisados foram dos últimos dois eventos (2013 e 2015), como as normas são constantemente atualizadas e os anais nem sempre ficam disponíveis, com link ativo, o recorte temporal foi necessário.

No caso do SNBU, foram analisados os anais de três últimas edições do evento (2014, 2012, 2010), não foi considerado a edição de 2016, pois o evento ocorreu em outubro e os anais ainda não estavam disponíveis até a conclusão desta pesquisa. Dos artigos recuperados, somente 2 (dois) analisavam normas específicas, e 3 (três) abordam sobre cursos de

normalização como serviço da biblioteca universitária. Sobre autoria, 5 (cinco) abordavam a questão dos direitos autorais, 1 (um) sobre coautoria em educação e outro em patentes.

Nessa etapa além da pesquisa sobre o estabelecimento e a história da autoria, foi constatado também que a maioria dos textos encontrados sobre normalização aborda a normalização como um todo, ou sua relação com a comunicação científica, mas poucas analisam as normas propriamente ditas, além de ter poucos trabalhos recentes sobre normativas. Sendo assim, observa-se que a autoria e a normalização podem ser estudadas na Biblioteconomia sob vários olhares, como por exemplo nos serviços de referência, entretanto, o olhar aqui abordado é sobre a Organização e Representação do Conhecimento e da Informação, especificamente sob a representação do autor, por isso alguns textos recuperados não serão utilizados neste trabalho.

Dentre os textos recuperados e apresentados no Quadro 1, foram encontrados textos sobre: Norma Brasileira (NBR) 10520 – Citações em documentos, NBR 14724 – Trabalhos acadêmicos, NBR 6021 – Publicação periódica técnica e/ou científica, NBR 6023 – Referências, e um artigo com uma breve explicação sobre as normas vigentes no ano de sua publicação.

Por ser este um trabalho que se propõe a analisar as normativas propriamente ditas, trata-se também de uma pesquisa documental. Sendo pesquisa documental uma pesquisa que tem como fonte,

[...] documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

As normativas a serem aqui analisadas se enquadram nesse tipo de documento, pois seus conteúdos podem servir de base para outros estudos, sendo este trabalho um exemplo, de resultado de pesquisa documental.

As normas estudadas fazem parte da ABNT, que é o Foro Nacional de Normalização, garantido por lei, responsável pela elaboração das normas brasileiras, que trabalha em conjunto com outros órgãos internacionais de normalização. A partir dela são produzidas diversas normativas, nas mais variadas áreas, como: química, aeronáutica, agricultura, têxtil, turismo. Somando um total de 278 Comitês Técnicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, c2016). Como recorte, as normas analisadas são as do Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (CB-14), normas diretamente ligadas com a

elaboração e padronização de documentos e que o bibliotecário no cotidiano dos serviços realizados faz uso.

Por ser uma pesquisa documental, com os documentos publicados pelo CB-14, foi realizada uma busca no catálogo da ABNT das normas produzidas pelo comitê (vigentes, substituídas, canceladas, corrigidas), com isso foram recuperadas um total de 126 normas que compõem o Anexo. Como o intuito do estudo é verificar a autoria hoje, optou-se por analisar apenas as normas vigentes. Portanto, a pesquisa documental terá como universo a ser estudado 27 documentos da ABNT vigentes, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Normas vigentes do CB-14

Resultado de Pesquisa	
Produtos relacionados a sua busca >>	Normas (27)
Catálogo de Normas: ABNT Foram encontradas 27 normas <a href="#">Refinar Pesquisa</a>	
Norma	Status
ABNT NBR ISO 30300:2016 Informação e documentação — Sistema de gestão de documentos de arquivo — Fundamentos e vocabulário	Em Vigor
ABNT NBR ISO 30301:2016 Informação e documentação - Sistemas de gestão de documentos de arquivo - Requisitos	Em Vigor
ABNT NBR 8021:2015 Errata 1:2016 Informação e documentação — Publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8021:2015 Versão Corrigida:2016 Informação e documentação — Publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 10719:2011 Emenda 1:2015 Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 10719:2015 Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8027:2012 Informação e documentação — Sumário — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8024:2012 Informação e documentação — Numeração progressiva das seções de um documento — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 14724:2011 Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 15287:2011 Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 15437:2006 Informação e documentação - Pôsteres técnicos e científicos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR ISO 2108:2006 Informação e documentação - Número Padrão Internacional de Livro (ISBN)	Em Vigor
ABNT NBR 8029:2006 Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 10518:2005 Informação e documentação - Guias de unidades informacionais - Elaboração	Em Vigor
ABNT NBR 10525:2005 Informação e documentação - Número padrão internacional para publicação seriada - ISSN	Em Vigor
ABNT NBR 8034:2004 Informação e documentação - Índice - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 12225:2004 Informação e documentação - Lombada - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8028:2003 Informação e documentação - Resumo - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8022:2003 Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8025:2002 Informação e documentação - Revisão de originais e provas	Em Vigor
ABNT NBR 10520:2002 Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 8023:2002 Informação e documentação - Referências - Elaboração	Em Vigor
ABNT NBR 12676:1992 Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação - Procedimento	Em Vigor
ABNT NBR 5892:1989 Norma para datar	Em Vigor
ABNT NBR 8032:1989 Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas	Em Vigor
ABNT NBR 8033:1989 Ordem alfabética	Em Vigor
ABNT NBR 9578:1986 Arquivos - Terminologia	Em Vigor

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2016).

Embora tenham sido recuperadas 27 normas, conforme constam na Figura 1, dois documentos não são as normas propriamente ditas, e sim uma emenda e uma errata, ou seja, são 27 documentos a serem analisados, sendo 25 normas.

Para melhor ilustrar o resultado da pesquisa no catálogo pelas normas do CB-14, optou-se pela elaboração do Quadro 2. É possível constatar então nas observações que a NBR 6021 de Publicação periódica impressa possui uma errata, e a NBR 10719 de Relatório técnico e/ou científico possui uma emenda. A emenda tem o intuito de corrigir um erro, um defeito ou uma falta (EMENDA, 2013, *online*), substituindo então o documento que consta o erro. Sendo assim se a norma depois ser publicada, for verificado um erro de modo que a errata não seja o suficiente é realizada uma emenda, pois na errata só indica o erro e sua correção.

Quadro 2 – Normas e suas erratas e emendas do CB-14

Norma	Título	Observações
NBR 5892/1989	Norma para datar	Norma
NBR 6021/2015	Publicação periódica impressa	Norma
NBR 6021/2016	Publicação periódica impressa	Errata
NBR 6022/2003	Artigo de periódico impresso	Norma
NBR 6023/2002	Referências	Norma
NBR 6024/2012	Numeração progressiva das seções de um documento	Norma
NBR 6025/2002	Revisão de originais	Norma
NBR 6027/2012	Sumário	Norma
NBR 6028/2003	Resumo	Norma
NBR 6029/2006	Livros e folhetos	Norma
NBR 6032/1989	Abreviação de títulos de periódicos	Norma
NBR 6033/1989	Ordem alfabética	Norma
NBR 6034/2004	Índice	Norma
NBR 9578/1986	Arquivos - Terminologia	Norma
NBR 10518/2005	Guias de unidades informacionais	Norma
NBR 10520/2002	Citações	Norma
NBR 10525/2005	Número de Padrão Internacional para Publicação seriada - ISSN	Norma
NBR 10719/2015	Relatório técnico e/ou científico	Norma
NBR 10719/2015	Relatório técnico e/ou científico	Emenda
NBR 12225/2004	Lombada	Norma
NBR 12676/ 1992	Métodos para análise de documentos – Determinação de assuntos e seleção de termos de indexação	Norma
NBR 14724/2011	Trabalhos acadêmicos	Norma
NBR 15287/2011	Projeto de pesquisa	Norma
NBR ISO 2108/2006	Número Padrão Internacional do Livro - ISBN	Norma
NBR ISO 30300/2016	Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário	Norma
NBR ISO 30301/2016	Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos	Norma

Fonte: Baseado em Associação Brasileira de Normas Técnicas (2016).

Sendo assim, delimitou-se o universo de pesquisa como sendo 25 normas elaboradas pelo CB-14 da ABNT, que além de serem analisadas individualmente, serão comparadas entre si.

De acordo com Gil (2008), o método comparativo que tem por objetivo investigar, classes, fenômenos ou fatos com o objetivo estabelecer correlações, semelhanças e diferenças entre eles. Neste sentido, utilizou-se o método comparativo como procedimento para entender os diferentes locais que a autoria pode ocupar em um documento.

Por fim, para a análise, seguiram-se os seguintes passos: 1) foram lidas todas as normas na íntegra; 2) buscou-se termos relacionados à autoria, a saber: autor, co-autor, responsável, autor-entidade, autoria, responsabilidade; 3) identificou-se se os termos estavam acompanhados com definição ou se estavam apenas citados; 4) comparou-se as definições e as diretrizes das normas relacionadas à autoria; 5) para facilitar a visualização da aplicação das normas, buscou-se aleatoriamente exemplos ilustrativos para incluir durante a análise. Esse processo de análise da presença dos termos e da sua identificação está apresentado na seção 4 *Análises dos dados* com exemplos. Onde a partir da análise da cada norma, se identificou o elemento autoral.

### 3 AS NORMATIVAS BRASILEIRAS E A QUESTÃO AUTORAL

Para compreender melhor a importância da autoria é necessário saber como este aspecto tornou-se importante para sociedade e o porquê de hoje existirem regras o seu estabelecimento.

Quando se estuda essa temática, sempre questões sobre a autoria surgem, como por exemplo: O que é esse autor? Qual sua função? Qual a sua importância na representação e identificação do documento? Para responder essas questões autorais recorreu-se a autores como Foucault (1969), Chartier (1998, 2012) e Barthes (1988), explicitados na seção 3.1 em acompanhado com a evolução da autoria.

Como a proposta é relacionar a autoria com as normas, acredita-se ser importante antes de apresentar as normativas, entender como o autor é representado em outras regras, e não só na área da Biblioteconomia, sendo então expostas essas ideias na subseção 3.2 deste capítulo. O papel da normalização neste elemento tão importante como o autor, na seção 3.3 será apresentada a normalização propriamente dita, quais as normas pertinentes ao tema, o órgão responsável pela sua elaboração no Brasil e sua relação com a comunicação científica.

#### 3.1 QUESTÕES AUTORAIS

Hoje em dia, com o advento da tecnologia, é bastante discutido o papel do autor no documento (MARTINS, B., 2012). Identificar o responsável por uma determinada obra é de suma importância para atribuir confiabilidade ao conhecimento contido em um documento, no meio acadêmico não só autor do texto garante a confiabilidade, mas também os autores que ele citou para escrever tal assunto, ou seja, as referências bibliográficas, e a instituição a qual está vinculado. Mas nem sempre essa identificação do autor foi importante, a questão autoral foi se modificando com o tempo. Antes é necessário saber o que é esse autor, como hoje é determinada a sua definição, inicia-se então a questão autoral com a apresentação dos conceitos envolvidos, começando pelo termo autor.

Autor é “aquele que cria ou produz (apenas por faculdade própria)” (AUTOR, c2013, *online*), ou seja, o responsável por aquela manifestação em forma de livro, música, documento. De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, autor é a “pessoa física, individual ou coletiva, ou a pessoa jurídica (Estado, governo, entidades coletivas e similares) que se responsabiliza pelo conteúdo de uma obra” (AUTOR, 2008, p.

39). Deixando então de ser só o indivíduo, e dando abertura então para entidades e instituições desempenharem a função de autor.

Em seu texto intitulado “A morte do autor” em 1968, Roland Barthes desmistifica a importância da autoria, trazendo a escrita a um nível de maior importância. Falando assim da “morte” do autor. Para Barthes (1988) o autor é um personagem moderno produzido pela sociedade na medida em que se descobriu o prestígio da pessoa humana. E foi o capitalismo que deu ainda mais importância ao autor, na questão da literatura, pois ele tem grande evidência nos manuais da história literária. Apresentando o autor como um mero costureiro, por assim dizer, que junta retalhos, partes de outros textos para criar um novo.

[...] um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor [...] o nascimento do leitor deve-se pagar-se com a morte do autor (BARTHES, 1988, p. 70).

Um ano após Roland Barthes em 1968, fazer o pronunciamento acima, Michel Foucault, em sua palestra para a Sociedade Francesa de Filosofia em 1969, disserta sobre o tema “O que é um autor?”, onde fala sobre as funções do autor: o nome do autor; relação de apropriação; relação de atribuição; e posição de atribuição. Fazendo-nos entender que o autor tem sim uma importância e a sua relação com a obra produzida. Para ele a noção de autor está associada à obra, e identificar nome do autor é um modo de caracterizar um discurso.

[...] para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2009, p. 273-274).

A identificação do autor de um documento é importante tanto na questão de confiabilidade e veracidade da obra, quanto na atribuição dessa obra a uma pessoa. O que nem sempre acontecia, antigamente as obras não levavam os nomes de seus autores, e sim dos editores. Que compravam – na maioria das vezes -, o manuscrito do autor e publicavam (CHARTIER, 2012).

A função do autor não era evidente na Idade Média até a Época Moderna. Naquele tempo acreditava-se que a obra “[...] era inspirada por Deus: o escritor não era senão o escriba de uma Palavra que vinha de outro lugar” (CHARTIER, 1998, p.31). Então qual era a necessidade de identificar quem escrevia a obra?

De acordo com Chartier (2012), para muitos historiadores, não há dúvida a respeito de associar a primeira aparição da “função-autor” à invenção da imprensa. Mas na opinião dele

deve-se questionar essa afirmação, pois mesmo criando a possibilidade de identificação da autoria com o estabelecimento da imprensa, a relação do mecenato continuava acontecendo, e do mesmo modo, a determinação do autor e da função do autor antecederam a invenção dos livros impressos.

No Século XV além do nome da obra, verifica-se a existência das dedicatórias, encontradas no início das obras. Essas dedicatórias eram miniaturas, imagens de para quem o autor – neste caso quem escreveu a obra – estava dedicando a obra, o soberano o rei. Normalmente as cenas de dedicatória mostravam “autor” ajoelhado oferecendo o manuscrito ao príncipe a quem dedica a obra, e ganhava do rei sua proteção, como forma de retribuição a tal oferta (CHARTIER, 1988).

Ou seja, essa dedicatória tinha como objetivo a proteção de quem escreveu, e a pessoa a quem se dedicava o livro tornava-se o autor daquela obra. Como que sem ele (o soberano, o rei) não haveria obra, então já que ele tinha “inspirado” aquela obra a autoria deveria ser remetida a ele.

Em meado do Século XV a identidade do autor passou a ser mais claramente divulgada tanto nas folhas de rosto, como nos colofões, fazendo com a identificação que antes eram assinaturas escondidas nas obras para assinaturas pessoais.

[...] a identidade autoral era também promovida pela mudança que substituiu a cena dedicatória no frontispício – na qual o ‘autor’, de joelhos diante de um príncipe sentado em seu trono, oferecia-lhe um livro ricamente encadernado – pelo próprio autor ou autora, por vezes representado (a) compondo sua obra (CHARTIER, 1995 apud CHARTIER, 2012, p. 57).

Nesse mesmo período, segundo Cynthia J. Brown (1995 apud CHARTIER, 2012), em Paris, entre 1450 e 1530, o autor se tornou mais consistente com relação à necessidade de adotar uma postura protetora com os que produziam seus livros, sendo assim, essa conscientização levou a uma preocupação autoral por meio da *propriety* e *property* literária, dando uma maior atenção ao escritor de maneira individual.

Mas mesmo com o aparecimento da identificação do autor, acontecia que ainda nos séculos XVI e XVII, era indicação do nome do príncipe que validava a verdade do texto científico, fato que começou a modificar a partir do Renascimento, onde a autoria na ciência passou a ser mais associada a ‘propriedade’ do que à propriedade (CHARTIER, 2012).

Nesse período também é identificado que através de ações de censura, a presença da autoria podia fazer com que o livro fosse censurado ou não, temos como exemplo a Inquisição Espanhola, período onde houveram inúmeros livros proibidos, no caso da Espanha, foram criadas três classes de livros proibidos de acordo com a “função-autor”, sendo

[...] a terceira classe de obras proibidas também expressava um claro reconhecimento da responsabilidade do autor: a décima regra da *Index* espanhol anterior, publicado pelo Inquisidor Gerak Quiroga, em 1584, censurava, embora com exceções, todos os livros que tivessem sido impressos após aquela data e os que seriam impressos no futuro, que não mencionassem o nome do autor, juntamente com o nome do impressor. A ‘função-autor’ estava assim constituída no final do século XVI e início do século XVII como uma arma essencial na batalha da Igreja Católica contra a difusão de textos suspeitos de heresia e heterodoxia (CHARTIER, 2012, p. 56)

Constata-se então como era importante a identificação do autor, a fim de que ficaria mais fácil, no caso de análise para proibir ou não a circulação do livro, através do autor da obra ser indicado, e quando não se estabelecia um autor era imediatamente censurado.

Até o século XVII os textos literários não davam muita importância para designação de autoria, diferente dos textos científicos, que só tinham valor e reconhecimento se tivesse um autor. De acordo com Chartier (1998), entre os séculos XVII e XVIII, alguns manuscritos traziam retratos dos autores, miniaturas, no seu interior, prática só vista nos autores clássicos da tradição antiga ou os padres.

Indo em oposição, nessa mesma época de acordo com Foucault,

Um quiasmo produziu-se no século XVII, ou no XVIII; começou-se a aceitar os discursos científicos por eles mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou sempre demonstrável novamente; é sua vinculação a um conjunto sistemático que lhes dá garantia, e de forma alguma a referência ao indivíduo que os produziu. A função autor se apaga, o nome do inventor servindo no máximo para batizar um teorema, uma proposição, um efeito notável, uma propriedade, um corpo, um conjunto de elementos, uma síndrome patológica. Mas os discursos "literários" não podem mais ser aceitos senão quando providos da função autor: a qualquer texto de poesia ou de ficção se perguntara de onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece dependem da maneira com que se responde a essas questões. E se, em consequência de um acidente ou de uma vontade explícita do autor, ele chega a nós no anonimato, a operação é imediatamente buscar o autor. O anonimato literário não é suportável para nós; só o aceitamos na qualidade de enigma. A função-autor hoje em dia atua fortemente nas obras literárias (FOUCAULT, 2009, p. 275-276).

Podendo sim ter acontecido essas duas faces de existir ou não a importância de reconhecer a identidade nesses dois séculos, XVII e XVIII, o que acredita ser uma maneira de estruturação valor da autoria nesse período.

Em 1662 foi criado um regime de regulação, fazendo com que fosse ilegal qualquer publicação comercializada, sem antes ter uma licença de autoridade apropriada. Esse regime teve o “propósito de regular a impressão, criou-se a censura, sob o pretexto de impedir a impressão de títulos heréticos, blasfemos ou sediciosos. Reduziu-se assim o número de gráficas e casas editoriais, o que acentuou o quase monopólio do comércio de livros” (CHARTIER, 2012, p. 29). Começou então um movimento de regulamentação, para assegurar tais direitos, mesmo que tivesse como objetivo inicial a proibição das obras.

No Século XVIII tornou-se importante a natureza do direito do autor, “[...] foram criadas as condições para a disputa legal sobre a natureza da propriedade e sobre de que modo a lei poderia se adaptar às mutáveis circunstâncias de uma economia baseada no comércio” (CHARTIER, 2012, p.31). Surge então a necessidade de um recurso legal para assegurar os direitos do autor sobre a obra, em contrapartida aos livreiros que também queriam direitos sobre a mesma, tudo em favor do lucro. Pois no início o autor não lucrava com suas obras e sim os editores que reproduziam e as vendiam.

Em 1710 foi criado então o estatuto jurídico que reconheceria a propriedade do autor, o Estatuto de Anne. Ele dava poder ao autor de lutar pelos direitos de proprietário da obra, ainda que por um período de 14 anos. O estatuto fez vir a baixo o antigo sistema de publicação, que desde 1557 atribuía os direitos das obras aos livreiros e gráficos de Londres.

É possível perceber como a questão de atribuição de um responsável, de um autor para obra evoluiu no decorrer dos séculos, para ver a importância que se tem nos dias hoje. E questões legais a ela atreladas.

No Brasil, a lei que regula o direito autoral, é a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, que define em seu 11º artigo o autor como sendo “pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”, e ainda completa no artigo 14 que “é titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua” (BRASIL, 1998, *online*). Ela dispõe ainda sobre os direitos não só do autor, no modo intelectual da obra, mas também sobre outras formas, como tradutor, adaptador, organizador.

No presente estudo, ao analisar as normativas, a referida lei é citada, ao falar dos direitos autorais, que os documentos devem indicar quem é o detentor do mesmo, além de defini-lo.

Entendo a importância e a evolução do estabelecimento e identificação da autoria, surgem várias maneiras de representar esse elemento.

### 3.2 AS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO AUTOR

Com o intuito de entender a relação das normas com a autoria, esta subseção tem como foco compreender os aspectos que envolvem tanto o registro como a forma de representação do autor em documentos.

Mas não é só com as normativas da ABNT que é possível analisar a autoria e entender o seu lugar de destaque. Com os avanços tecnológicos é necessário maior controle e novas

maneiras de identificar o autor, como já foi dito por Martins (2012). Existem diversos mecanismos para que se estabeleça e tenha normativas ou regras que abrangem a autoria em outras áreas.

No campo da Biblioteconomia temos três modelos conhecidos: o Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA, mais conhecido por sua sigla em inglês AACR); os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR); e o *Virtual International Authority File* (VIAF).

O Código de Catalogação Anglo-Americano está na sua segunda edição, ele é um compilado de regras a fim de criar descrições bibliográficas para documentos, e dá um lugar de destaque a autoria, tanto na escolha dos pontos de acesso, como cabeçalhos para pessoas e instituições, e no seu glossário foram encontradas várias definições no quesito autoria, como: autor pessoal; co-autor; colaborador; responsabilidade compartilhada; responsabilidade mista. Tendo capítulos próprios para estabelecimento da autoria. Verificando assim a importância da atribuição de uma responsabilidade para a obra a ser descrita.

Os FRBR são os Requisitos Funcionais para Registro Bibliográfico, modelo conceitual, que relaciona os registros bibliográficos com as necessidades dos usuários onde dez entidades são divididas em três grupos. Sendo o Grupo 2 formado “[...] pelas entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, pela produção física e disseminação, [...]”; abrange as entidades ‘Pessoa’ – um indivíduo; e ‘Entidade coletiva’ – uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organização” (SANTOS; PEREIRA, 2014, p. 166). Sendo então um grupo inteiro em favor de melhor identificar a autoria e a responsabilidade da obra.

O VIAF é um catálogo internacional para autoridades, onde é possível visualizar como determinado autor é identificado em cada país. De acordo com o seu site, ele combina vários arquivos de nome de autoridade em um único serviço a fim de aumentar a utilidade de arquivos de autoridade das bibliotecas pelo mundo, combinando e ligando arquivos de autoridade amplamente utilizados, tornando assim a informação disponível na *Web*. Sendo assim uma base de dados de autoridade a nível internacional (VIRTUAL INTERNATIONAL AUTHORITY FILE, 2016, *online*).

Seguindo a via de padrões internacionais, mas fora da Biblioteconomia, temos exemplos de outras áreas que trazem a autoria a um lugar de destaque, criando maneiras de dar importância e identificação ao mesmo. É o caso do *Internacional Standard Name Identifier* (ISNI), um código para “identificação única de identidades públicas em todos os

campos de atividade criativa”<sup>2</sup> (INTERNACIONAL STANDARD NAME IDENTIFIER, *online*, tradução nossa). É certificado pela ISO, e faz parte de um grupo de vários outros identificadores, como por exemplo, o Número Padrão Internacional para Publicação Seriada ou *International Standard Serial Number* (ISSN) e o Número Padrão Internacional de Livro ou *International Standard Book Number* (ISBN), só que no âmbito da autoria, ele é então um padrão global e pode ser atribuído a todas as partes que criam algo, seja um livro, música entre outros tipos de manifestações criativas, esse então código pode ser atribuído as partes que produzem ou gerenciam os conteúdos criativos.

Temos também o ResearcherID, uma ferramenta que tem como objetivo solucionar a ambiguidade dentro da área acadêmica. Nessa ferramenta cada membro realiza um cadastro e a ele é atribuído um número identificador único que permite construir perfis de seus trabalhos acadêmicos, gerir listas de publicações, rastrear as citações e evitar erros na identificação da autoria, e é integrado com a *Web of Science*, padronizando e identificando os autores nele cadastrados (RESEARCHER ID, c2015)<sup>3</sup>.

Sendo assim é visto que existem várias maneiras de identificar e padronizar, ou seja, normalizar o elemento autoria diante da quantidade de informações produzidas no menor espaço de tempo. Entendendo então a normalização como um fator importante e no caso da autoria pode estar atrelada a outras áreas foram do campo biblioteconômico.

Ao estabelecer outras formas de normalizar o autor, é possível passar aos documentos que serão analisados para a presente pesquisa, as normas documentárias brasileiras.

### 3.3 AS NORMAS DOCUMENTÁRIAS BRASILEIRAS

Estabelecer diretrizes para a representação da autoria em um documento é um ato normativo, pois quando se determinam as orientações e o local específico é possível saber qual importância ele tem sobre determinada obra. E normalizar tem a ver com a maneira que a informação é representada, pois é com essa representação que o documento será identificado e posteriormente recuperado.

As normas técnicas objetivam a normalização e padronização de produtos e serviços disponíveis no mercado visando, fundamentalmente, a qualidade. A expedição de uma norma técnica é resultado de um processo indicativo de características de produtos e serviços e aferem, a estes, qualidade e confiabilidade, agregando em seu

---

<sup>2</sup> “ISNI is the globally recognized and adopted standard approved by ISO for the unique identification of the public identities across all fields of creative activity”.

<sup>3</sup> Optou-se por utilizar o nome da ferramenta separado para melhor identificação, ao invés de RESEARCHERID junto.

conteúdo as necessidades das comunidades científica, industrial e comercial (CRESPO; RODRIGUES, 2011, p. 39).

Ao compreender que a normalização é um importante fator, para difundir informação e que a autoria está diretamente ligada a essa prática, é necessário relaciona-la com o meio acadêmico, pois é nesse espaço que iniciamos essa interação com a normalização, já que a Universidade, tem-se como ambiente gerador do conhecimento, que se utiliza das

[...] normas técnicas em seus diversos âmbitos, nas disciplinas curriculares, na pesquisa, nos laboratórios, aplicadas na padronização de toda uma gama de documentos tais como: monografias, teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos, relatórios, projetos etc., permitindo, também, padronizar as peculiaridades das diferentes áreas do conhecimento (CRESPO; RODRIGUES, 2011, p. 37).

A partir disso é possível relacionar a normalização com a comunicação científica, pois ela está vinculada com a produção e transmissão de conhecimento e faz parte do desenvolvimento da ciência.

No decorrer da vida acadêmica nos deparamos com diferentes formas de comunicação da informação, sendo o mais conhecido trabalho acadêmico, que por assim dizer é uma publicação científica. E a “publicação científica assume variadas formas e utiliza diversos canais. Quando registrada em veículos formais, como livros, periódicos ou meios eletrônicos, produz a *literatura científica*, [...]” (MÜELLER, 1995 apud RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 1998, p. 148, grifo do autor). E por fazer parte desse meio, é necessário o uso das normas e padrões técnicos.

De acordo com Rodrigues, Lima e Garcia (1998) para que haja ciência, é fundamental a comunicação, a circulação e o intercâmbio de ideias, portanto, cabe ao cientista comunicar adequada e amplamente o produto de seu trabalho para a ciência acontecer. Existindo assim uma relação direta entre o uso de normas e a organização e eficácia do trabalho intelectual, pois as normas servem como suportes para padronização dos meios de expressão e comunicação no âmbito científico.

Sendo assim necessária a utilização das normas para esse processo de uniformização da informação a ser divulgada. Mas para elaborar as normas, é necessário um grupo de pessoas trabalhando na totalidade de torna-las possível. No Brasil a instituição responsável pela elaboração de normas nos diversos âmbitos da sociedade, e no caso as normas que serão aqui analisadas é a ABNT, instituição responsável por elaborar normas em âmbito nacional e disponibilizar normas internacionais que se adequem as situações do país, sendo uma entidade privada e sem fins lucrativos, a

ABNT é membro fundador da International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização - ISO), da Comisión Panamericana de Normas Técnicas (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas - Copant) e da Asociación Mercosur de Normalización (Associação Mercosul de Normalização - AMN). Desde a sua fundação, é também membro da International Electrotechnical Commission (Comissão Eletrotécnica Internacional - IEC) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2014, *online*).

As normas elaboradas pela instituição, na verdade são produzidas pelos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/NOS) e Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), que em conjunto trabalham nas diversas áreas com intuito de padronizar o que é necessário para a sociedade.

As normas que iremos analisar nesse estudo fazem parte do CB-14. E de acordo com o art. 28 do estatuto da ABNT cabem aos comitês brasileiros “coordenação, planejamento e execução das atividades de normalização técnica relacionadas ao seu âmbito de atuação” (ASSOCIASSÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 9). Esse comitê atua no campo da informação e documentação abrangendo “as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2014, *online*).

As normativas analisadas abordam de alguma maneira o conceito de autoria, ou falam desse aspecto na estruturação do documento, foco da pesquisa. Como será abordado na próxima seção, onde foram expostos os procedimentos realizados para seleção das normas através dos termos pesquisados. Mas antes de analisar as normativas é importante saber seus objetivos, suas histórias antes de falar de um aspecto em específico.

As normas selecionadas e analisadas foram organizadas durante todo o trabalho pela ordem de sua numeração, diferente de como aparecem quando pesquisadas no catálogo da ABNT, que é por data mais recente. Mas antes de analisa-las, acredita-se serem importantes breves explicações sobre cada norma elencada. Sendo a primeira, a NBR 6021, sobre publicação periódica e impressa, sua última atualização é no ano de 2015, e está na sua quinta edição (1971, 1986, 1994, 2003), e em 2016 teve uma versão corrigida e mais uma errata. Ela tem como tema os princípios gerais para apresentação dos elementos de uma publicação periódica e impressa.

Logo em seguida temos a NBR 6022, norma de 2003, está na sua quarta edição, sendo as outras edições nos anos de 1974, 1986, e 1994, atualmente está em processo de revisão. Ela traz os elementos que fazem parte de um artigo de publicação periódica impressa.

A NBR 6023 em vigor é 2002 e apresenta os elementos necessários para elaborar as referências de um documento, sendo ele um livro, periódico, um evento, música e etc. Já existiram outras cinco edições (1970, 1974, 1978, 1989 e 2000), sendo as três primeiras com intervalo de quatro anos entre cada edição, entre a terceira edição (1978) e a quarta (1989), e a quarta e quinta (2000), teve um tempo maior de 11 anos entre cada para ser atualizada, e dois anos depois da quinta edição tem-se a última atualização, que está em vigor. Esta norma já está em processo de análise tem um tempo e em agosto desse ano teve uma reunião para análise da consulta nacional do seu projeto de revisão.

A NBR 6027 estabelece os critérios para elaboração de sumários, e em 2012 está em sua quarta edição, sendo as três primeiras em 1980, 1989 e 2003. É uma norma que guia o leitor de determinado documento, pois através do sumário é possível saber os assuntos abordados no texto.

A NBR 6029 é uma norma de 2006, e está na sua segunda edição, sendo a primeira de 2002 de acordo com a norma, mas ao consultar o catálogo da ABNT são recuperadas outras três edições (1972, 1980 e 1993). Ela tem como base a ISO 1086:1991, e estabelece os elementos que fazem parte do livro ou folheto, e tem como público alvo, editores, autores e usuários. Para aplicação dessa norma são utilizadas outras oito normas: NBR 10520, citações; NBR 10521 de ISBN, sendo está cancelada e substituída pela NBR ISO 2108/2006; NBR 12225, lombada; NBR 6023, referências; NBR 6024, numeração progressiva das seções de um documento; NBR 6027, sumário; NBR 6034, de elaboração de índice e Normas de apresentação tabular do IBGE, além do Código de Catalogação Anglo-Americano.

A sexta norma é a NBR 10520 de 2002, que substitui a de 2001, sendo a sua quarta edição (a primeira em 1988, a segunda em 1992, e a terceira em 2001), e tem como base a ISO 690:1987. Ela tem como objetivo apresentar os elementos necessários para citações de documentos. Esta é uma norma importante, pois está diretamente ligada com os direitos do autor, assim como a de referências que será abordada posteriormente. Utiliza duas normas para ajudar na sua aplicação, a NBR 6023 referências, e a NBR 6032, abreviação na descrição bibliográfica. No caso essa segunda foi cancelada em 2003, um ano após a segunda edição da NBR 10520.

A NBR 10719 é uma norma de 2015, que traz os princípios gerais para apresentação e elaboração de um relatório técnico e/ou científico, outros tipos de relatórios, administrativos por exemplo. Esta norma teve sua primeira edição em 1989, tendo outras duas em 2009 e 2011, até chegar no que é hoje a sua quarta edição, que ainda possui uma emenda feita no mesmo ano de 2015. Esta norma se assemelha muito a NBR 14724/2011. Para que a norma

seja aplicada da melhor maneira acaba se utilizando de outras normas, que são chamadas de referência normativa, no caso da NBR 10719, as referências normativas são: NBR 10520, citações; NBR 10525, Número Padrão Internacional para Publicações Seriadas (ISSN); NBR 12225, lombada; NBR 6023, referências; NBR 6024, numeração progressiva das seções de um documento; NBR 6027, sumário; NBR 6034, de elaboração de índice e Normas de apresentação tabular do IBGE, e também o Código de Catalogação Anglo-Americano.

A NBR 12225 é uma norma de 2004, e está em sua segunda edição, que substitui a NBR 12225/1992, e tem como base a ISO 6357:1985, ela estabelece os elementos para a apresentação de lombadas.

A nona norma utilizada nesta pesquisa é a NBR 14724, de 2011, e está em sua terceira edição de acordo com a descrição da norma, que substitui a edição de 2005, mas ao olhar o catálogo da ABNT, constam, no entanto, quatro edições (2001, 2002, 2005 e 2011), sendo então a mais atual a quarta. Ela traz os princípios gerais para elaborar trabalhos acadêmicos referindo-se à instituição que lhe é apresentado, é uma norma muito utilizada e depende de outras normas como: NBR 10520, citações; NBR 12225, lombada; NBR 6023, referências; NBR 6024, numeração progressiva; NBR 6027, sumário; NBR 6028, resumo; e NBR 6034 de elaboração de índice.

Outra norma a ser analisada é a NBR 15287 é de 2011, e está na sua segunda edição, substituindo a edição de 2005. Ela traz os princípios gerais para elaboração de projetos de pesquisa, e tem como referências normativas, ou seja, outras normas para ajudar na composição da estrutura de um projeto de pesquisa, as seguintes normas: NBR 12225, lombada; NBR 6023, referências; NBR 6024, numeração progressiva das seções de um documento; NBR 6027, sumário; e a NBR 6034, apresentação de índice.

E por último tem a NBR 15437, que está em sua primeira edição desde 2006, e estabelece os elementos que devem contar em pôsteres técnicos e científicos. Como referência normativa, as seguintes normas: NBR 6023, referências; NBR 6028/2003 resumos; e normas de apresentação tabular do IBGE.

Após esta breve descrição das normas selecionadas a serem estudadas, é possível iniciar a análise, que será realizada de duas formas, quando a definição e a estrutura que a autoria está relacionada.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Após abordar o histórico da autoria, entender a importância da normalização e explicar as normas que serão analisadas, esta seção tem como objetivo trazer o resultado da coleta das pesquisas realizadas em cada norma com relação a definição e estrutura do documento, e os exemplos referente a cada normativa.

Para realizar a análise foi necessária uma busca em todas as normas do CB-14, processo demonstrado na seção 4.1. Na subseção 4.2 Questão autoral: pessoa ou entidade, de um modo mais geral trás as definições estabelecidas por cada norma. A subseção 4.3, apresentará a análise de cada norma em separado no quesito estrutura do documento junto com exemplos, e ao final um comparativo da estrutura e local da autoria dos tipos de documentos analisados, na subseção 4.4.

### 4.1 O UNIVERSO ANALISADO

Embora o CB-14 tenha 25 normas, nem todas apresentam os termos relacionados ao foco desta pesquisa. Por este motivo foram analisadas todas as normas a fim de identificar quais os termos ligados a autoria estão presentes em cada norma. Para chegar as normas já explicadas na seção anterior foi necessário ler todas as, buscando termos relacionados à autoria, a saber: autor, co-autor, responsável, autor-entidade, autoria, responsabilidade. Desta análise resultou o Quadro 3:

Quadro 3 - Termos referentes a autoria recuperados nas normas do CB-14

<b>Normas</b>	<b>Termos recuperados</b>
NBR 6021/2015 - Publicação periódica técnica e/ou científica	autores, responsável, direito autoral
NBR 6022/2003 - Artigo de periódico impresso	autor(es), autor(es)-entidade(s)
NBR 6023/2002 - Referências	autor(es), autor(es)-entidade(s), autoria, autor pessoal, responsabilidade, autoria desconhecida
NBR 6027/2012 - Sumário	autores
NBR 6029/2006 - Livros e folhetos	autor, direito autoral
NBR 6033/1989 - Ordem alfabética	autor
NBR 6034/2004 - Índice	autores
NBR 9578/1986 - Arquivos	autor
NBR 10518/2005 - Guias de unidades informacionais	responsável
NBR 10520/2005 - Citações	autor, autores, autoria, autor-data, responsável

(continua)

(conclusão)

<b>Normas</b>	<b>Termos recuperados</b>
NBR 10525/2005 - ISSN	direitos autorais
NBR 10719/2015 - Relatório técnico e/ou científico	autor, autor-entidade, responsável
NBR 12225/2004 - Lombada	autor(es)
NBR 14724/2011 - Trabalhos acadêmicos	autor, autoria
NBR 15287/2011 - Projeto de pesquisa	autor
NBR 15437/2006 - Pôsteres técnicos e científicos	autor, autor-entidade, autoria
NBR ISO 30300/2016 - Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário	responsáveis, Responsabilidade, responsabilização
NBR ISO 30301/2016 - Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos	responsáveis, Responsabilidade, responsabilização

Fonte: Elaboração própria.

Ao realizar a busca por termos relacionados a autoria nas 25 normas, chegou-se as 16 normas elencadas do Quadro 3, que trazem os termos, ou outros termos relacionados a nossa pesquisa, como o caso de direitos autorais, que se fala da proteção legal que o autor ou responsável tem sobre o documento, encontrado da NBR 6021, NBR 6029 e NBR 10525, sendo a última contendo só este termo, sem qualquer outra explicação como as demais.

Foi constatado que as normas que não apresentam os termos pesquisados são: NBR 5892/1989 Norma para datar; NBR 6024/2012 Numeração progressiva; NBR 6025/2002 Revisão de originais; NBR 6028/2003 Resumo; NBR 6032/1989 Abreviação de títulos de periódicos; NBR 12676/1992 Métodos para análise de documentos – determinação de assuntos e seleção de termos de indexação; e NBR ISO 2108/2006 Número padrão internacional de Livro (ISBN). Por essas normas não terem os termos e nada que indique em seu texto a questão da autoria, foram então descartadas.

Todas as normas antes de iniciar a estruturação de determinado documento, apresentam definições pertinentes para seu melhor entendimento. A maioria dos termos foram recuperados nessa seção da norma, mas as que não trazem a definição, tem o termo empregado na seção de estruturação da mesma, dando a entender que ao utilizar a norma já possui conhecimento da utilização do conceito.

Na NBR 6021 e NBR 10520, além de autores, tem o termo responsável, que seria um termo secundário para a pesquisa, mas que identifica a responsabilidade do documento. Nessas normas o termo faz parte de “instituição responsável pelo documento”, ou seja, diferente de outras normas que utilizam os termos: entidade, autor-entidade. Que normalmente são utilizados para identificar a autoria ou responsabilidade de uma instituição.

Na NBR 10719 é utilizado tanto autor-entidade como responsável, para identificar a autoria de uma instituição. Como é o caso das NBR 6022, NBR 6023 e NBR 15437.

#### 4.1.1 Normas que abordam a questão autoral

Em uma pré-seleção foram desconsideradas sete normas já citadas anteriormente, por não possuírem os termos: autor, autores, autoria, responsável, responsáveis. Nesta subseção, as 16 normas apresentadas no Quadro 4 foram novamente analisadas para verificar se realmente abordam a temática, ou simplesmente trazem o termo como complemento para outro maior que não condiz com o objetivo da pesquisa.

Como é o caso da NBR 9578/1986, normativa de arquivos que não será considerada, pois mesmo tendo o termo “autor” não traz nenhuma informação relevante sobre a autoria. O termo aparece apenas durante a definição de autógrafo. E nessa mesma lógica mais outras cinco foram descartadas: NBR 6033/1989 Ordem alfabética; NBR 6034/2004 Índice; NBR 10518/2005 Guias de unidades informacionais; NBR ISO 30300/2016 Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário; e NBR ISO 30301/2016 Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos Resultando. Resultando em 11 normas que realmente abordam o tema autoria, elencadas no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Normas que compõe o universo da pesquisa.

<b>Normas</b>	<b>Termos relevantes</b>
NBR 6021/2015 – Publicação periódica técnica e/ou científica	autores, responsável
NBR 6022/2003 – Artigo de periódico impresso	autor(es), autor(es)-entidade(s)
NBR 6023/2002 - Referências	autor(es), autor(es)-entidade(s), autoria, autor pessoal, responsabilidade, autoria desconhecida
NBR 6027/2012 - Sumário	Autores
NBR 6029/2006 – Livros e folhetos	Autor
NBR 10520/2002 - Citações	autor, autores, autoria, autor-data, responsável
NBR 10719/2015 – Relatório técnico e/ou científico	autor, autor-entidade, responsável
NBR 12225/2004 - Lombada	autor(es)
NBR 14724/2011 – Trabalhos acadêmicos	autor, autoria
NBR 15287/2011 – Projeto de pesquisa	Autor
NBR 15437/2006 – Pôsteres técnicos e científicos	autor, autor-entidade, autoria

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.1.2 Exemplos utilizados na análise

As normas, de modo geral, apresentam exemplos nelas próprias. Entretanto, com base na experiência da monitoria, foi constatado que mesmo com os exemplos que cada norma traz, surgem dúvidas com relação a sua aplicação.

Para melhor exemplificar o local da autoria no documento, optou-se por trazer exemplos de modo a entender e indicar a maneira de utilização do elemento autoria. A seleção dos exemplos foi realizada de maneira, que cada exemplo tenha data de publicação igual ou superior a publicação da norma que está ligada, estando assim de acordo com a norma vigente. Esses exemplos foram buscados de maneira aleatória.

#### 4.2 QUESTÃO AUTORAL: PESSOA OU ENTIDADE

Para melhor entendimento foi pesquisado nas normas, as definições atribuídas aos termos autor e autor-entidade, a fim de saber se as definições conversam entre si nas variadas normas, e também possuem relação com a definição conhecida para tais termos, para melhor visualização segue o Quadro 5 com as definições encontradas nas normativas.

Quadro 5 – Definições de autoria nas normas

<b>Norma</b>	<b>Autor</b>	<b>Autor-entidade</b>
NBR 6021 – Publicação periódica técnica e ou científica.	Sem definição.	
NBR 6022 - Artigo em publicação periódica científica impressa	“Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento” (p.2)	“Instituição(ões), organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros, responsável(eis) por publicações em que não se distingue autoria pessoal” (p.2)
NBR 6023 - Referências	“Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento” (p.2)	“Instituição(ões), organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros, responsável(eis) por publicações em que não se distingue autoria pessoal” (p.2)
NBR 6027 - Sumário	Sem definição	
NBR 6029 - Livros e folhetos	Sem definição	
NBR 10520 - Citações	Sem definição	
NBR 10719 - Relatório técnico/científico	“Pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento” (p.2)	“Instituição, organização, empresa, comitê, comissão, evento, entre outros, responsáveis por publicações em que não se distingue autoria pessoal” (p.2)
NBR 12225 - Lombada	Sem definição.	

(continua)

(conclusão)

<b>Norma</b>	<b>Autor</b>	<b>Autor-entidade</b>
NBR 14724 – Trabalhos acadêmicos	“Pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um trabalho” (p.2)	
NBR 15287 – Projeto de pesquisa	“Pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um trabalho” (p.1)	“Pessoa jurídica constituída para fins específicos” (p. 2)
NBR 15437 – Pôsteres técnicos e científicos	“Pessoa física responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento” (p.1)	“Instituição, organização, empresa, comitê, comissão, entre outros, responsáveis por publicações em que não se distingue autoria pessoal” (p.1)

Fonte: Elaboração própria.

Todas normativas começam com uma seção denominada definições. Ao analisar as normas selecionadas constatou-se que as definições não modificam muito de uma norma para outra. No caso das normativas NBR 10719, NBR 14724, NBR 15287 e NBR 15437, as definições tanto para autor, como para autor-entidade estão no singular, podendo levar a entender que só um sujeito pode ser o responsável, mesmo sabendo da possibilidade de indicação de várias autorias. Diferente das NBR 6022 e NBR 6023, que tratam das duas definições no plural.

Nas NBR 14724 e NBR 15287 utilizam a palavra trabalho, e não documento como as demais. Por serem normas que são muito utilizadas no meio acadêmico, essa mudança de denominação tenha mais sentidos nessas duas normas.

Ao verificar a NBR 6029 constatou que a mesma não traz a definição de nenhum dos tipos de autoria, o que causa estranhamento, pois a norma trata de livros e folhetos. Um dos documentos em que mais ligamos o autor a sua função. Ao invés disso, traz o termo “crédito”, que é a indicação do detentor dos direitos da obra, que na maioria das vezes pode ser o autor.

Nas NBR 6033, NBR 6021 e NBR 12225 também não constam a definição, mas falam do autor na estrutura do documento na estrutura. Mas a NBR 6021 traz a editora como responsável, mas não pelo conteúdo intelectual, mas sim pela produção e distribuição.

Após análise das definições é possível começar a entender a importância da autoria nos documentos, mas quando examinamos a estrutura é possível entender o real lugar da autoria em cada tipo de documento.

### 4.3 QUESTÃO AUTORAL: ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Para melhor entender como essas normas se aplicam, foi necessária analisar a maneira como se estrutura cada documento que as normas selecionadas abrangem, e onde a autoria está localizada nestas normas. Para isso foram criadas as seguintes subseções exemplificando cada uma das normativas analisadas, pois mesmo as normas contendo exemplos, ainda surgem dúvidas, e ao final desta seção tem um comparativo desse aspecto – a autoria com relação a estrutura –, nas normas apresentadas.

#### 4.3.1 NBR 6021/2015: Publicação periódica técnica e ou científica

Como tratado na seção anterior, algumas normas não trazem definição da autoria, e a NBR 6021 se enquadra neste caso, mas traz quem seria o responsável pela publicação periódica. Nesse tipo de documento o responsável é uma instituição. De acordo com o item 4.1.1 da norma que fala da primeira capa, a logomarca é a alínea “e”, o último item no caso, mas a ordem dos elementos fica a critério do editor, com exceção do Número Padrão Internacional para Publicação Seriada (ISSN) que é o primeiro elemento.

Mas a segunda capa, de acordo como item 4.1.2, é reservada para os nomes de autoridades do órgão e/ou entidade responsável pela edição da publicação, conselho editorial, anúncios publicitários e outros.

Outra seção que aborda de autoria na norma é o item 4.3.1.2, que fala quais elementos devem constar no verso da folha de rosto. Que são informações relativas ao direito autoral, às autorizações de reprodução de artigos ou parte deles, entre outras informações. Segue um exemplo de como se estrutura a capa e anverso da folha de rosto desse tipo de documento:

Figura 2 – Capa e folha de rosto de publicação periódica impressa



Fonte: Acervo da biblioteca do TRT 1ª Região.

Lembrando que essas são instruções para publicação periódica técnica e/ou científica impressa. No item 6, traz as recomendações para esse tipo de publicação em meio eletrônico. Modificando na quantidade de capas, onde só tem a tela de abertura, sendo o nome da instituição responsável a alínea “d”. Na figura 8 é possível ver como é uma tela de abertura de uma publicação periódica em meio eletrônico:

Figura 3 – Tela de abertura de publicação periódica em meio eletrônico

The screenshot shows the cover page of the journal 'Transinformação' (ISSN 2318-0889). The page features a navigation menu with links for 'CAPA', 'SOBRE', 'ACESSO', 'CADASTRO', 'PESQUISA', 'ATUAL', 'ANTERIORES', 'NOTÍCIAS', and 'SUBMISSÃO DE ARTIGOS'. The main content area includes the journal title, a description of the journal as a specialized quarterly publication, and information about its indexing (SciELO, Web of Science, etc.) and quality (Qualis A1). A sidebar on the right contains a user login section with fields for 'Login' and 'Senha', a 'Lembrar usuário' checkbox, and an 'Acesso' button. Below the login section are 'NOTIFICAÇÕES' (Visualizar, Assinar), 'IDIOMA' (Português (Brasil) selected), and a search section with a 'Pesquisar' button and a 'Por Edição' link.

Fonte: Revista Transinformação (2016).

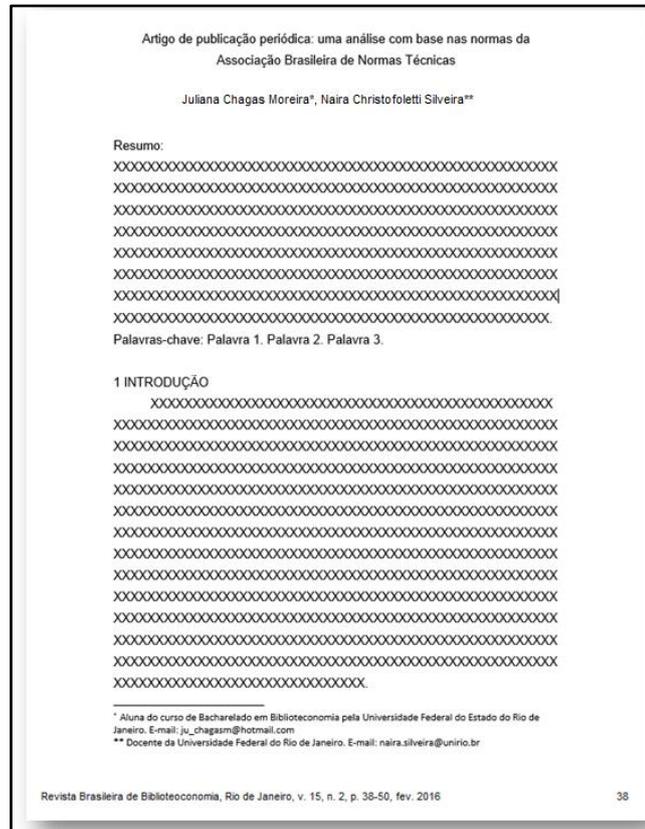
Lembrando que a estruturação dos elementos de acordo com as normas da ABNT, só deve ser seguida se assim o periódico estabelecer seu uso, o que nem sempre acontece, pois como a norma de tempos em tempos é atualizada, se o periódico mudar em conjunto, perderá o padrão de publicação, o que conta pontos na sua avaliação.

#### 4.3.2 NBR 6022/2003: Artigo em publicação periódica científica impressa

No caso da normativa de artigo de publicação periódica científica impressa a indicação de autoria é um elemento pré-textual, vem logo após o título, acompanhada de um breve currículo e endereço postal, para possível contado. Mas esses dois elementos da autoria devem aparecer no rodapé da primeira página do artigo, ou no final dos elementos pós-textuais. Claro que são só indicações, pois se formos prestar atenção nem todos os artigos de periódicos se estruturam desta maneira, primeiro que cada periódico tem suas diretrizes

estabelecidas no caso de submissão ao mesmo. E assim como a NBR 6021, acaba que não se seguem muito esta normativa, por conta das frequentes mudanças da norma.

Figura 4 - Imagem de um artigo de publicação periódica



Fonte: Minicurso “As normas da ABNT no universo acadêmico” ministrado na 14ª SIA da UNIRIO (2016).

No caso da figura 3, os autores e um breve currículo aparecem após do título, e o e-mail e o currículo após as referências.

#### 4.3.3 NBR 6023/2002: Referências

A norma de referência é muito utilizada e conhecida. Ela traz as definições para autor e autor entidade, quando sua localização na estruturação de uma referência. Os termos autor e autor entidade aparecem logo nas regras de apresentação como elemento essencial e a norma também possui uma subseção só para autoria. No caso das regras de apresentação o autor é o primeiro elemento obrigatório que deve ser identificado, independente do tipo de documento a ser referenciado. A norma traz 17 tipos de documento, que ainda podem ser divididos entre o documento todo, ou a parte, e se é acessado em meio eletrônico, todos trazendo a autoria como primeiro elemento.

Na subseção 8.1, ela aborda autoria, tanto pessoal, de entidade, e a autoria desconhecida. A norma também recomenda a utilização do CCAA para indicar a forma correta da entrada dos autores.

De acordo com a norma o autor é indicado, pelo último sobrenome, em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes abreviados ou não. Quando tem mais de um autor deve-se separá-los por ponto e vírgula, seguido de espaço. E quando existirem mais de três autores, indicar apenas o primeiro, e acrescentar a expressão et al (e outros, em latim). No caso de coletânea a de vários autores e tiver indicação explícita de responsabilidade por tal conjunto, deve entrar pelo nome deste responsável seguida da abreviação do tipo de participação (organizador, compilador, editor etc) entre parênteses. E no caso sobre sob a forma de pseudônimo, deve-se este ser adotado na referência.

Entende-se então que ao elaborar uma referência deve-se ter o documento referenciado em mãos e se utilizar do mesmo para elaborá-la. Levando assim em conta a obra e como seu responsável aparece nela, mas na hora de indicar o autor, seu sobrenome é colocado em evidência.

Além do responsável pelo conteúdo intelectual e artístico, temos outros tipos de responsabilidade (tradutor, revisor, ilustrador etc) que devem ser indicados após o título, de modo que o mais importante é o autor, do que os outros indicados.

No caso de a autoria estar representada por uma entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc), tem entrada pelo próprio nome por extenso em letras maiúsculas., e no caso da entidade ter uma denominação genérica, seu nome é precedido de órgão superior ou pela jurisdição geográfica à qual pertence.

Quando não tem uma autoria, desconhecida, a entrada é pelo título, colocando a primeira palavra significativa em maiúsculas.

Figura 5 - Exemplo de referências

FLUSSER, V. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Agência Brasileira de ISBN*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.isbn.bn.br/website>>. Acesso em: 30 de abr. 2014.

Fonte: Santos; Pereira (2014).

#### 4.3.4 NBR 6027/2012: Sumário

Nesta norma a não consta definições para autoria, e aborda mais a com relação a estrutura, como a indicação desse elemento deve aparecer. A autoria no sumário aparece normalmente em obras coletivas, periódicos, coletâneas, entre outros, onde cada capítulo ou artigo tem autores diferentes responsáveis. Após o título vem o respectivo autor, como por exemplo, periódicos, coletâneas, anais de evento, que comumente trazem esse tipo de sumário. E ela deve ser indicada da mesma forma que está no texto, seguindo então como o autor do texto se identificou. Em questão de estrutura, a norma recomenda que o autor seja indicado na linha seguinte, e existindo mais de um autor separá-los por vírgula ou ponto vírgula.

Figura 6 – Sumário de periódico científico

Seção	Título	Autores	Formato
Originais	<a href="#">Uso de ferramentas Web 2.0 pelos periódicos ibero-americanos indexados no Web of Science e Scopus</a>	Patricia da Silva Neubert, Rosângela Schwarz Rodrigues, Gleisy Regina Fachin	PDF
	<a href="#">Os Funcional Requirements for Bibliographic Records no contexto da Web Semântica: as contribuições de Paul Otlet</a>	Elisabete Gonçalves Souza, Darlene Alves Bezerra	PDF
	<a href="#">Las revistas científicas en América Latina hacia el camino del acceso abierto: un diagnóstico de políticas y estrategias editoriales</a>	Nancy Sánchez-Tarragó, Alejandro Caballero-Rivero, Piotr Trzesniak, Dania Leroy Domínguez, Raimundo Nonato Macedo dos Santos, Juan-Carlos Fernández-Molina	PDF
	<a href="#">Use of social network to support visually impaired people: A Facebook case study</a>	Gustavo Miranda Caran, Rose Marie Santini, Jorge Calmon de Almeida Biolchini	PDF
	<a href="#">Estado da arte sobre pesquisa escolar no Brasil</a>	Iandara Reis de Oliveira, Bernadete Santos Campello	PDF
Ensaio	<a href="#">A grande bibliologia: notas epistemológico-históricas sobre a ciência da organização dos saberes</a>	Gustavo Silva Saldanha	PDF
Comunicação	<a href="#">Evaluación de la investigación cubana en Comunicación Social: ¿reto o necesidad?</a>	Yelina Piedra-Salomón, Dasnel Olivera-Pérez, Víctor Herrero-Solana	PDF

Fonte: Revista Transinformação, v. 28, n. 6, 2016.

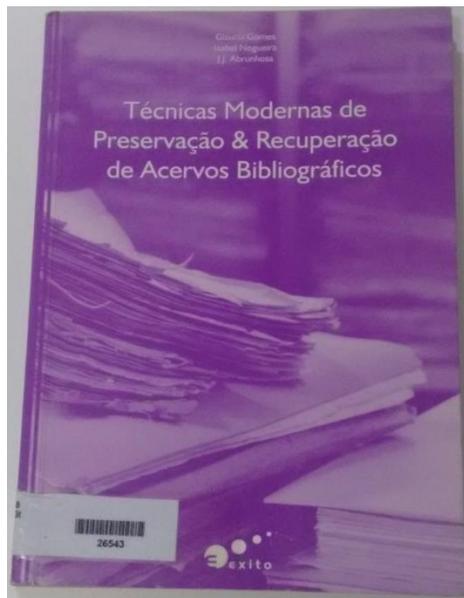
#### 4.3.5 NBR 6029/2006: Livros e folhetos

Essa normativa não traz a definição de autor, mas a autoria aparece na parte de estruturação desses documentos. Sendo o primeiro item a constar tanto na capa como na folha de rosto. Na capa fala só do autor, mas na folha de rosto podem-se inserir as diferentes autorias na seguinte ordem: autor(es) individual(ais); entidade(s); editor(es) responsável(eis) de compilador(es), de coordenador(es), de organizador(es), ilustrador(es), prefaciador(es), tradutor(es). Após a indicação também pode ser incluído as titulações e qualificações dos responsáveis, pois servem para indicar sua autoridade no assunto. E por isso a folha de rosto é

sempre usada tanto no ato de catalogar como para elaborar referências, por ter mais informações do que a primeira capa.

Nesses documentos a autoria também pode aparecer, mas de maneira opcional, nos títulos correntes, que nada mais é do que o nome do autor e título do livro ou folheto, capítulo ou seção, localizada no alto mancha gráfica. Que podem estar da seguinte maneira: autor(es) - título do livro ou folheto (página par); título da seção ou capítulo (página ímpar), ou ao contrário.

Figura 7 – Capa de livro



Fonte: Biblioteca Central da UNIRIO.

Figura 8 – Folha de Rosto

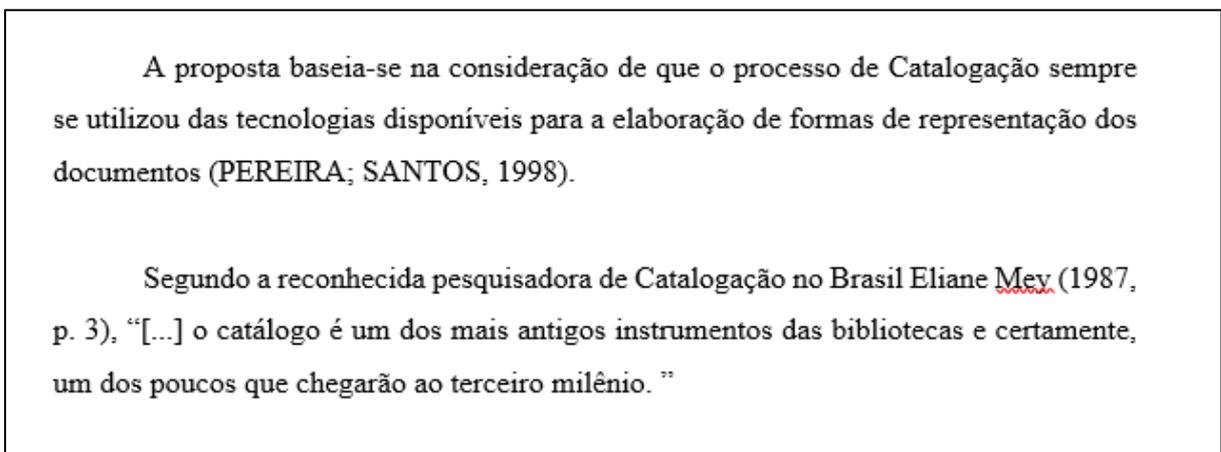


Fonte: Biblioteca Central da UNIRIO.

#### 4.3.6 NBR 10520/2002: Citações

Nas citações diretas e indiretas, após o texto citado deve-se especificar de onde foi retirado determinado trecho, o primeiro item que deve-se identificar é o autor, ou a instituição, ou seja, o responsável por aquele trecho citado. Caso não tenha um autor ou instituição responsável usa-se o título do documento citado. Quando temos um autor pessoa física usa-se o ultimo sobrenome, ou aquele que o autor desejar que seja conhecido, para identificar o mesmo. Isso acontece muito em publicações periódicas, anais de eventos, dá-se evidencia ao sobrenome do autor. Mas em questão de gênero isso póde não ser bom, já que pelo sobrenome não é possível saber se é homem ou mulher, para isso terá que olhar as referências do documento, caso os outros nome e sobrenome não estejam abreviados. Sendo este então, o sistema autor-data, para indicar o responsável pelo trecho.

Figura 9 – Exemplos de citações



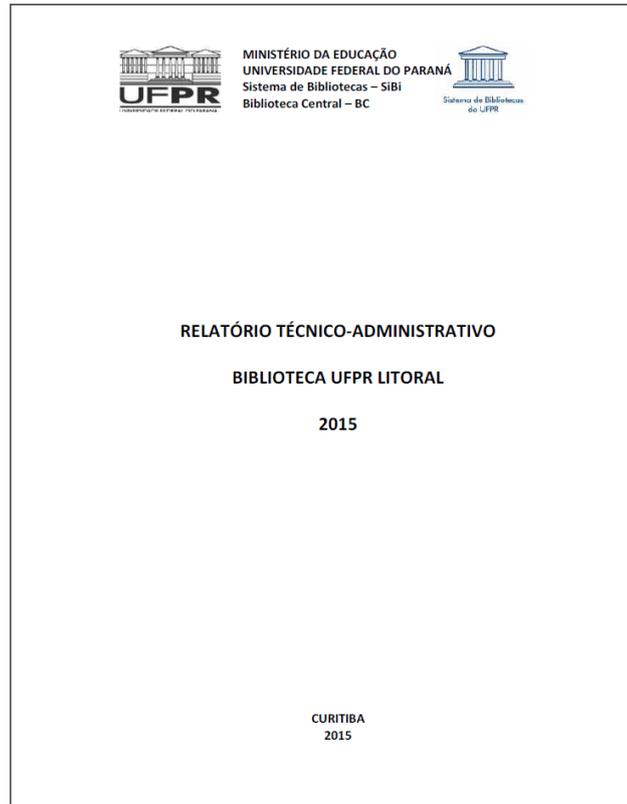
Fonte: PEREIRA; SANTOS (2014).

#### 4.3.7 NBR 10719/2015: Relatório técnico e/ou científico

No caso do relatório técnico científico, que especifica os princípios gerais para a elaboração e a apresentação de relatório técnico e/ou científico, a autoria é indicada na capa e na folha de rosto. A capa é opcional, de acordo com o item 4.1.1, mas caso tenha recomenda-se incluir como primeira informação nome e endereço da instituição responsável, e se houver incluir também ISSN, título e subtítulo e classificação de segurança. Dando a entender que caso tenha uma capa o que 'deve' aparecer inicialmente é a entidade responsável por aquele relatório. Mas o que normalmente acontece é de que nessa capa só indica o nome da

instituição, sem o endereço, que é indicado normalmente no verso da folha de rosto, e muitas vezes a capa na verdade é elaborada nos mesmos moldes da folha de rosto, indo a oposição a norma. Segue um exemplo de capa relatório:

Figura 10 - Capa de relatório técnico



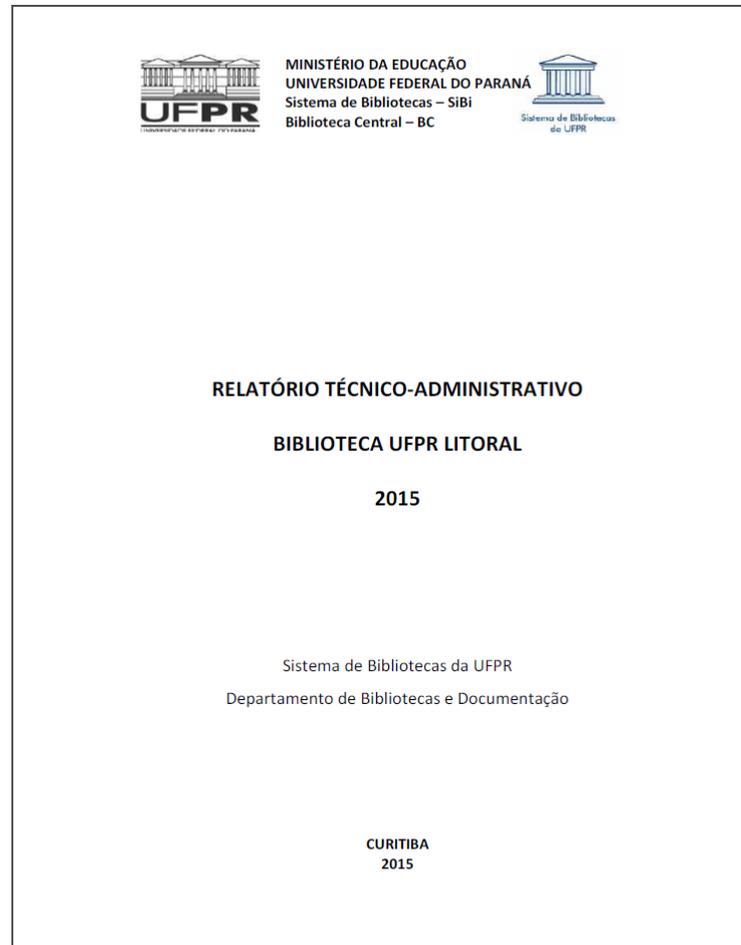
Fonte: Portal da informação da Universidade Federal do Paraná.

Na folha de rosto, de acordo com o item 4.2.1.1.1 que fala do anverso da mesma, aparece primeiro o nome do órgão ou entidade responsável que solicitou ou gerou o relatório, e só no final dela que vem o nome autor, ou entidade responsável (geradora). Então no caso de ser uma entidade coletiva para as duas indicações, viria primeiro a que solicitou, e no final depois do título e subtítulo, número de volume, código de identificação e classificação de segurança, que estará a indicação autoria, de quem realizou o relatório. Caso a entidade solicitante e a geradora sejam a mesma, não será necessário colocar o nome da instituição na parte referente a autoria.

No caso do autor individual, virá assim como na entidade coletiva ao final da folha de rosto, podendo constar o título e a qualificação ou a função do autor, pois servem para indicar sua autoridade no assunto, mas questão do título vale para os dois tipos de autoria.

Ressaltando então que a responsabilidade mais importante é de quem solicitou o relatório, e não quem o elaborou. Na Figura 11, temos um exemplo de folha de rosto do relatório:

Figura 11 - Folha de rosto de relatório técnico



Fonte: Portal da informação da Universidade Federal do Paraná.

#### 4.3.8 NBR 12225/2004: Lombada

De acordo com estrutura da lombada, o autor é o primeiro elemento da mesma, devendo ser impresso no mesmo sentido da lombada, havendo mais autores, devem ser impressos uma abaixo do outro nas lombadas horizontais separados por sinais de pontuação, espaços ou sinais gráficos nas lombadas descendentes, pode-se abreviar ou omitir prenomes de autores pessoais quando necessário. Segue um exemplo de como é uma lombada de acordo com a norma na Figura 12:

Figura 12 – Lombada de livro

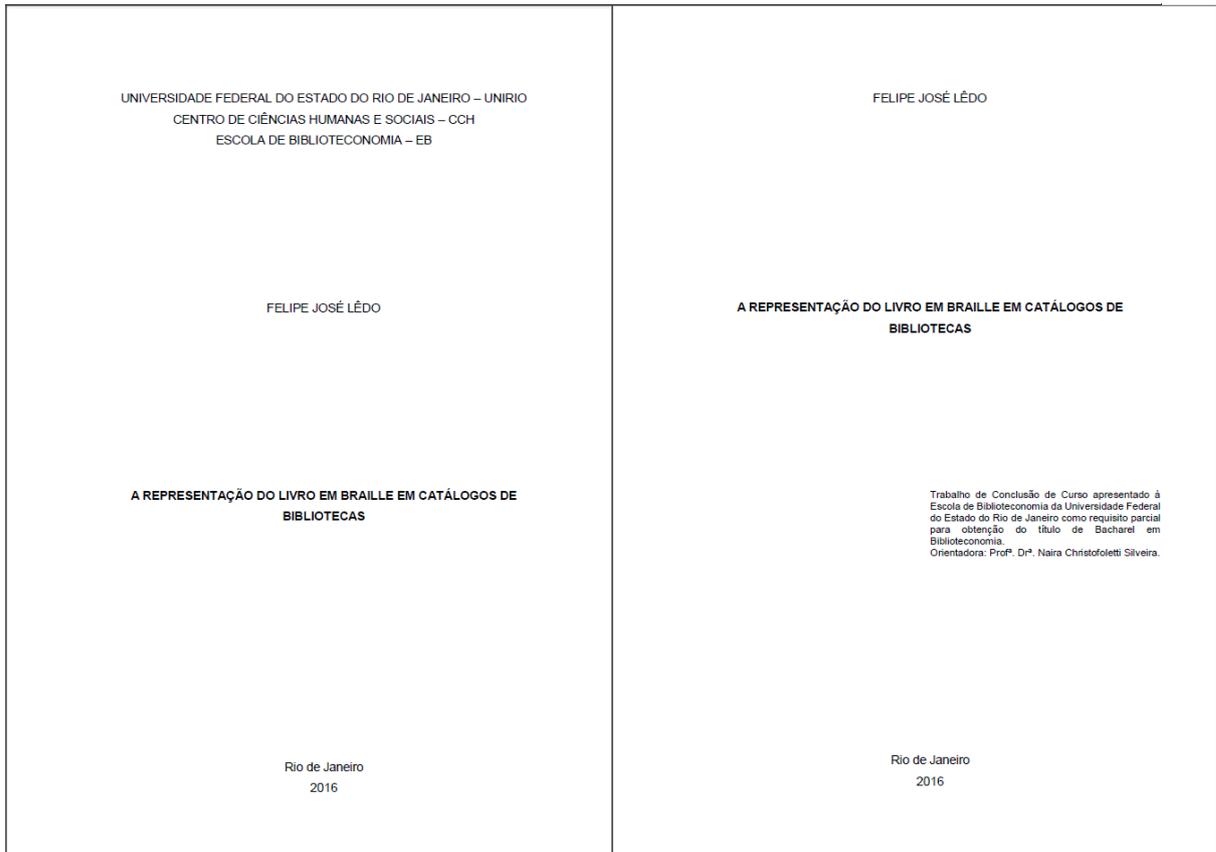


Fonte: Cunha (2010).

#### 4.3.9 NBR 14724/2011: Trabalhos acadêmicos

Nessa normativa traz a definição somente para autor. No que refere a estrutura de um trabalho acadêmico, ele aparece três vezes de forma obrigatória no documento, a primeira aparição da autoria é na capa, elemento obrigatório, sendo o segundo elemento após o nome da instituição (que é opcional). Logo depois aparece no anverso da folha de rosto como o primeiro elemento, nesse caso sem a necessidade de identificar o nome da instituição, que aparece na natureza do trabalho (quinto elemento obrigatório da folha de rosto). Por ser trabalho acadêmico, necessariamente tem uma pessoa orientado o trabalho, no caso o orientador e, se houver coorientador, vem a ser o sexto elemento obrigatório dessa parte, que não deixa de ser um responsável pela obra também. O autor aparece numa terceira vez, na folha de aprovação, sendo o primeiro elemento da mesma.

Figura 13 – Capa e folha de rosto de trabalho acadêmico



Fonte: Ledo (2016).

#### 4.3.10 NBR 15287/2011: Projeto de pesquisa

Essa norma traz recomendações para apresentação de projetos de pesquisa, e no quesito presença da autoria, a norma traz além da estrutura que o documento deve apresentar a definição também. O autor como pessoa física responsável pela criação artística ou intelectual do trabalho, e a entidade como a pessoa jurídica para fins específicos.

Quanto a estrutura, começamos pela capa – elemento opcional, e o primeiro elemento a constar é nome da entidade para qual ele deve ser submetido, e depois o nome do(s) autor(es), título, número de volume e local. Já na folha de rosto o primeiro elemento é o nome do(s) autor(es), seguido do título, subtítulo, número do volume, tipo de projeto de pesquisa, nome do orientador, coorientador ou coordenador, local da entidade onde deve ser apresentado e ano de entrega. Ainda tem uma nota, que pode ser exigido pela entidade aquela irá apresentar o projeto, os dados curriculares do autor em uma folha ou página após a folha de rosto.

Figura 14 – Projeto de pesquisa

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CURSO DE MESTRADO EM DIREITO</p> <p>OLAVO HAMILTON AYRES FREIRE DE ANDRADE</p> <p>GUERRA CONTRA AS DROGAS: uma análise sob a perspectiva do princípio da proporcionalidade.</p> <p>Natal/RN 2013</p>	<p>OLAVO HAMILTON AYRES FREIRE DE ANDRADE</p> <p>GUERRA CONTRA AS DROGAS: uma análise sob a perspectiva do princípio da proporcionalidade.</p> <p>Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.</p> <p>Orientador: Professor Doutor Walter Nunes da Silva Júnior.</p> <p>Natal/RN 2013</p>
--	---

Fonte: Andrade (2013).

Ao analisar a Figura 14 constata-se que a estrutura de um projeto de pesquisa é muito parecida com as regras para trabalho acadêmico, e na verdade não deixa de ser um trabalho acadêmico, mas que ainda não terminou. Só que no caso desta norma a capa é opcional.

#### 4.3.11 NBR 15437/2006: Pôsteres técnicos e científicos

Nesta norma traz as recomendações para apresentação de pôsteres técnicos e científicos. Sendo o autor um elemento obrigatório, aparece logo após título e subtítulo. E como é muito comum pôster de trabalho acadêmico, recomenda-se mencionar o nome do orientador do trabalho. Também como informação complementar o nome da instituição de origem do autor, quando por autoria pessoal, local, endereço postal e/ou eletrônico, data e outras informações que podem ser relevantes. Segue um exemplo de como fica estruturado um pôster na Figura 15:

Figura 15 – Pôster



### A normalização documentária no universo acadêmico

Juliana Chagas Moreira<sup>1</sup>, Naira Christofoletti Silveira<sup>2</sup> (coordenador). Ano de execução: 2016  
 1: Discente do curso de Biblioteconomia, ju\_chagasm@hotmail.com; 2: Departamento de Estudos e Processos  
 Bibliotecnômicos - CCH/DEPB, naira.silveira@unirio.br

**INTRODUÇÃO**

O projeto de ensino é vinculado à disciplina "Normalização Documentária" que é obrigatória do curso de Bacharelado em Biblioteconomia e optativa para o curso de Licenciatura. Nesta disciplina abordam-se as normas brasileiras e estrangeiras que disciplinam sobre a estrutura e os padrões que devem ser seguidos para a construção de documentos. O projeto tem o intuito aproveitar o processo de ensino e aprendizagem no universo acadêmico.

**OBJETIVOS**

Auxiliar os alunos no entendimento das normas documentárias e motivar a disseminação do conhecimento gerado em sala de aula a outros alunos.

**METODOLOGIA**

De acordo com objetivos propostos, os métodos utilizados para atendê-los foram: acompanhamento junto aos alunos dentro e fora de sala, auxiliando os alunos na elaboração dos seminários e melhor entendimento das normas apresentadas na disciplina.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No primeiro momento foi realizada uma atividade com cartazes para melhor entendimento das normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 10520, para elaboração de citação de documentos; e NBR 2854, norma para ditar Cíndes os alunos, professores e monitores elaboraram de cartazes com explicações e exercícios das normas, e expôs nas rampas no Centro de Ciências Humanas e Sociais, onde as pessoas que passavam podiam interagir com a atividade.

**CONCLUSÕES**

Além das atividades realizadas com os alunos de disciplina, será ministrado um minicurso intitulado "As normas de ABNT no universo acadêmico" durante a Semana de Integração Acadêmica da UNIRIO.

Ao fim do primeiro semestre percebeu-se que a atividade com os cartazes foi bem proveitosa e dinâmica. No auxílio de monitorar com os seminários e serem apresentados viu-se uma melhora no desempenho das apresentações. Ao final da disciplina, no primeiro semestre, constatou-se que os alunos que tiveram uma interação com o monitor e professor obtiveram desempenho melhores nas avaliações, além de demonstrarem interesse na monitoria.

**REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 2001. NBR 10520 - norma para ditar. Rio de Janeiro, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 2001. NBR 2854 Informação e documentação: Cíndes em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

SILVEIRA, E. SAUEL, E. de. A importância do Programa de Monitoria no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC). 2010. CC-BY. 2010. Ilhéus: FINEP, v. 7, n. 1, p. 133-140. Mar/Ago. 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufes.br/handle/ufes/111022>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Figura 1 - Cartazes expostos 1º Semestre



Fonte: fotos de Juliana Moreira.

Figura 2 - Elaboração dos cartazes expostos 2º Semestre



Fonte: fotos de Juliana Moreira.

Figura 3 - Cartazes expostos 2º Semestre



Fonte: fotos de Juliana Moreira.

Fonte: Elaborado por Juliana Moreira para 14ª Semana de Integração Acadêmica da UNIRIO (2016).

#### 4.4 COMPARATIVO ENTRE AS NORMAS

Ao analisar as normas foi verificado que dependendo do tipo de documento, a autoria terá destaque e importância diferentes. Às vezes dando maior ênfase a quem elaborou o documento, ou para quem solicitou, para uma instituição como um todo ou uma pessoa sozinha. Para melhor visualização da localização dos diferentes locais optou-se por elaborar o Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Localização da autoria nas normas

Norma	Definição	Elementos obrigatórios	Elementos opcionais
NBR 6021	Não	1ª capa – 5º elemento (penúltimo), da instituição responsável. 2ª capa – nomes de autoridades Eletrônico – Na tela de abertura como 4º elemento.	-
NBR 6022	Sim	2º elemento, após o título.	-
NBR 6023	Sim	1º elemento.	-
NBR 6027	Não	2º elemento, após o título.	-
NBR 6029	Não	Capa – 1º elemento Folha de rosto – 1º elemento e outras responsabilidades.	-

(continua)

(conclusão)

<b>Norma</b>	<b>Definição</b>	<b>Elementos obrigatórios</b>	<b>Elementos opcionais</b>
NBR 10520	Não	1º elemento autor	
NBR 10719	Sim	Folha de rosto – 1º elemento: órgão ou instituição que solicitou o relatório. 8º elemento (antepenúltimo): autor ou autor-entidade.	Capa – Nome da instituição responsável.
NBR 12225	Não	1º elemento autor	-
NBR 14724	Sim	Na capa como – 1º elemento entidade para qual é submetido o projeto; 2º elemento o autor Folha de rosto 1º elemento Folha de aprovação 1º elemento	-
NBR 15287	Sim	Folha de rosto – 1º elemento: autor 6º elemento: orientador; coorientador	Capa – 1º elemento: nome da entidade para qual deve ser submetido 2º elemento: nome do autor.
NBR 15437	Sim	2º elemento (após o título)	-

Fonte: Elaboração própria.

É possível constatar que mesmo a norma não contendo definição para os tipos de autoria que o documento pode ter, é indispensável a sua indicação. Nas normativas analisadas a autoria estando na capa ou folha de rosto, ele varia como primeiro ou segundo elemento a ser indicado. Em algumas vem logo após o título. Ou dá ênfase para instituição que o documento está vinculado.

Entende-se então que salvo exceções a autoria é uma das primeiras indicações para se identificar um documento, constando sempre na capa, primeiro elemento de um documento que se tem contado, ou na folha de rosto que é a fonte principal para obter informações sobre o documento.

É importante destacar a importância da instituição, como responsável pelo documento, pois dependendo do vínculo do mesmo, ela tem que ter mais destaque que a pessoa física pertencente a mesma que elaborou o documento. No caso de artigos de periódicos, ter vínculo institucional é muito importante, pois além de oferecer status, dá mais valor ao autor, mesmo neste caso, quando é avaliado pelos pares, não se deveria saber os autores, para ter a imparcialidade.

É necessário compreender que as normas são recomendações a nível nacional, não sendo então obrigatórias. Por esse motivo nem sempre os documentos estarão exatamente como é apresentado e indicado na norma, ficando a critério de cada instituição responsável utilizar ou não as normativas, e acontecendo muitas vezes de elaborarem suas próprias normas para os documentos, mas que tem base nas normas da ABNT. É por este motivo também que é difícil encontrar exemplos fora da norma que a sigam.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A normalização está presente no nosso cotidiano, seja nas coisas mais simples, desde recomendações para construção de uma porta, até a construção de um navio. Sendo assim existem normas, para todo o tipo de prática, instrumento ou objeto, que ao ser normalizado obtém-se um padrão e torna a elaboração dos mesmos mais uniformes.

O presente estudo teve como objetivo analisar como a questão autoral é abordada nos documentos, a partir das normativas brasileiras elaboradas pelo CB-14 da ABNT. Para atingir estes objetivos foi abordado o tema autoria, seu conceito, estabelecimento na sociedade e as formas diferentes de sua representação. Abordou a normalização como prática relacionada a comunicação científica e as instituições responsáveis por essa atividade. E partiu-se então para seleção das normas que foram analisadas. Onde foram examinadas nos quesitos definição do termo autoria e estrutura, no caso onde a autoria é indicada, e posteriormente foi feito um comparativo entre as normas. Ao serem examinadas, foram trazidos exemplos coletados a partir da vigência de cada.

A partir dessa análise chegou à conclusão que só algumas normas apresentam a definição e o conceito de autor, mas independente da presença deste conceito, o autor é um dos primeiros elementos a ser identificado nos documentos analisados, variando entre o primeiro e segundo elemento, e ocorrendo só uma vez como um dos últimos.

Cabe ressaltar que algumas normas são destinadas à elaboração de um documento, como é o caso da NBR 14724, enquanto que outras normas são destinadas à representação de um documento, como é o caso da NBR 6023. Neste sentido, o conceito de autor se altera, por exemplo, o autor presente na NBR 14724 é o responsável pelo documento enquanto que na NBR 6023 o autor é elemento da fonte citada e referenciada no documento. Enfim, a questão autoral pode ser muito debatida e interpretada em diferentes contextos.

Após todo este percurso, verificou-se que a autoria mesmo no contexto atual de documentos na web, que torna difícil a sua identificação, ainda é um elemento essencial. Que concede importância e relevância ao documento que possui o referido elemento, e assegura os direitos sobre o documento.

As normativas presentes neste estudo são só uma parte de uma gama muito maior de ferramentas destinadas a padronização de documentos, pois existem várias formas de tratar esse tipo de informação, como foi abordado anteriormente, quando se enumerou outras formas de representação no caso da autoria, como o CCAA2R, os FRBR, o VIAF e o ISNI,

além das outras normativas internacionais que aqui não foram analisadas, como Estilo Vancouver, APA, ISO.

Entende-se então que a pesquisa não se esgota aqui, e que existem as outras normas a serem analisadas num futuro trabalho. A fim de entender a nível mundial como o elemento está inserido nesse contexto.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/imagens/institucional/EstatutoABNT2015-baixa.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **NBR 5892**: norma para datar. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **NBR 6033**: informação e documentação: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10719**: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **NBR 12225**: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 15437**: informação e documentação: pôsteres técnicos e científicos: apresentação, 2006.

\_\_\_\_\_. Nota de falecimento. **Notícias**, Rio de Janeiro, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/noticias/3775-nota-de-falecimento>>. Acesso em: 06 set. 2016.

ANDRADE, Olavo Hamilton Ayres de Andrade. **Guerras contra as drogas**: uma análise sob a perspectiva do princípio da proporcionalidade. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Direito)– Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13991/1/HugoWFD\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13991/1/HugoWFD DISSERT.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

AUTOR. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

AUTOR. In: DICIONÁRIO Priberam de Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/autor>>. Acesso em: 05 set. 2016.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3. ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2012.

BATISTA, Rafael Rodrigo do Carmo; OLIVEIRA, Rafael Alves de. O ponto e o parêntese: uma avaliação de serviços eletrônicos para a elaboração de referências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 19, n. 2, p. 245-259, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php>>. Acesso em: 25 ago. 2016

BRASIL. **Lei Nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998**: altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CHARTIER, Roger. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Azougue, 2012.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial, 2004.

CRESPO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 36-55, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000010844/e30732c1676f0dd8e5cb849209680e77>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de fontes de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

EMENDA. In: DICIONÁRIO Priberam de Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/autor>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Glaucia; NOGUEIRA, Isabel; ABRUNHOSA, J.J. **Técnicas modernas de preservação e recuperação de acervos bibliográficos**. Nova Friburgo: Êxito, 2006.

INTERNACIONAL STANDARD NAME IDENTIFIER. Disponível em: <  
<http://www.isni.org/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

LÊDO, Felipe José. **A representação do livro em braile em catálogos de bibliotecas**. 2016. 114 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado)—Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede: um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação**. 2012. 155 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31082012-103436/pt-br.php>>. Acesso em: 07 out. 2016.

MARTINS, Miriam Dalva Lima. Normalização de publicações periódicas: revisão de literatura. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 197-210, 1984. Disponível em: <  
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000003022/20b918345e4d095ef87508095594ab45>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

MERITUM: REVISTA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FUME. Belo Horizonte: FUMEC, 2006-

MONTEIRO, Silvana Drumond. Estudo comparativo das normas técnicas de documentação: uma atualização. **Informação & Informação**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 1997. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1607>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

RESEARCHER ID, c2015. Disponível em: < <http://www.researcherid.com/Home.action> >. Acesso em: 10 out. 2016.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; PEREIRA, Ana Maria. **Catálogo: breve história e contemporaneidade**. Niterói, RJ: Intertexto, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. **A trajetória da autoria na representação documental**. 2013. 191 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-06052014-114125/en.php>>. Acesso em 25 abr. 2016.

SOUSA, Brisa Pozzi de; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Estruturação de trabalho acadêmicos com foco na normalização documentária: análise de ambiguidades na NBR 14724/2011. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <

<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/412-1614.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

TRANSINFORMAÇÃO. Campinas: PUC, 1989- . Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo>>. Acesso em 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nota de falecimento: Profa. Maria Tereza Reis Mendes. **Central de notícias**, Rio de Janeiro, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/Conteudo/Noticias/Detalhes.aspx?id=WE+88DnL2LY>>. Acesso em: 06 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Relatório técnico-administrativo: Biblioteca UFPR Litoral. **Portal da Informação**, 2015. Curitiba, UFPR, 2015.

VIRTUAL INTERNATIONAL AUTHORITY FILE. Disponível em: < <https://viaf.org/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

## ANEXO A - NORMAS RECUPERADAS NO CATÁLOGO DA ABNT

Resultado de Pesquisa	
<a href="#">Produtos relacionados a sua busca &gt;&gt;</a>	<b>Normas (126)</b>
Catálogo de Normas: ABNT	
Foram encontradas 126 normas	
 Refinar Pesquisa	
Norma	Status
ABNT NBR ISO 30300:2016 Informação e documentação — Sistema de gestão de documentos de arquivo — Fundamentos e vocabulário	Em Vigor
ABNT NBR ISO 30301:2016 Informação e documentação - Sistemas de gestão de documentos de arquivo - Requisitos	Em Vigor
ABNT NBR 6021:2015 Errata 1:2016 Informação e documentação — Publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 6021:2015 Versão Corrigida:2016 Informação e documentação — Publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 10719:2011 Emenda 1:2015 Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 10719:2015 Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 6027:2012 Informação e documentação — Sumário — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 6024:2012 Informação e documentação — Numeração progressiva das seções de um documento — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 14724:2011 Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 15287:2011 Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 15437:2006 Informação e documentação - Pôsteres técnicos e científicos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR ISO 2108:2006 Informação e documentação - Número Padrão Internacional de Livro (ISBN)	Em Vigor
ABNT NBR 6029:2006 Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 10518:2005 Informação e documentação - Guias de unidades informacionais - Elaboração	Em Vigor
ABNT NBR 10525:2005 Informação e documentação - Número padrão internacional para publicação seriada - ISSN	Em Vigor
ABNT NBR 6034:2004 Informação e documentação - Índice - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 12225:2004 Informação e documentação - Lombada - Apresentação	Em Vigor

ABNT NBR 6028:2003 Informação e documentação - Resumo - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 6022:2003 Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 6025:2002 Informação e documentação - Revisão de originais e provas	Em Vigor
ABNT NBR 10520:2002 Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação	Em Vigor
ABNT NBR 6023:2002 Informação e documentação - Referências - Elaboração	Em Vigor
ABNT NBR 12676:1992 Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação - Procedimento	Em Vigor
ABNT NBR 5892:1989 Norma para datar	Em Vigor
ABNT NBR 6032:1989 Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas	Em Vigor
ABNT NBR 6033:1989 Ordem alfabética	Em Vigor
ABNT NBR 9578:1988 Arquivos - Terminologia	Em Vigor
A norma ABNT NBR 6021:2015 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:2015 Versão Corrigida:2016 Informação e documentação — Publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 10719:2011 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10719:2015 Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 10719:2009 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10719:2011 Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação	Substituída
<b>12345</b>	

Norma	Status
A norma ABNT NBR 14724:2002 Emenda 1:2005 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 14724:2005 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 14724:2011 Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 15287:2005 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 15287:2011 Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6021:2003 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:2015 Informação e documentação — Publicação periódica técnica e/ou científica — Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6024:2003 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6024:2012 Informação e documentação — Numeração progressiva das seções de um documento — Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6027:2003 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6027:2012 Informação e documentação — Sumário — Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6029:2002 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6029:2006 Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 14724:2002 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 14724:2005 Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 14724:2001 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 14724:2002 Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 10520:2001 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10520:2002 Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6023:2000 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6023:2002 Informação e documentação - Referências - Elaboração	Substituída
A norma ABNT NBR 6021:1994 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:2003	Substituída
A norma ABNT NBR 6022:1994 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6022:2003 Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 13173:1994 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 6026:1994 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:2003 Informação e documentação - Publicação periódica científica impressa - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 13031:1993 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 12990:1993 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 13021:1993 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 11945:2006 Tecnologia gráfica - Impressos - Avaliação da resistência a vários agentes	Substituída
A norma ABNT NBR 13022:1993 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 11945:2006 Tecnologia gráfica - Impressos - Avaliação da resistência a vários agentes	Substituída

A norma ABNT NBR 13024:1993 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 11945:2006 Tecnologia gráfica - Impressos - Avaliação da resistência a vários agentes	Substituída
A norma ABNT NBR 13026:1993 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 11945:2006 Tecnologia gráfica - Impressos - Avaliação da resistência a vários agentes	Substituída
A norma ABNT NBR 6029:1993 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6029:2002 Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 10518:1992 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10518:2005 Informação e documentação - Guias de unidades informacionais - Elaboração	Substituída
A norma ABNT NBR 10520:1992 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10520:2001 Informação e documentação - Apresentação de citações em documentos	Substituída
A norma ABNT NBR 12225:1992 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 12225:2004 Informação e documentação - Lombada - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 12256:1992 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 6028:1987 Errata 1:1991 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 6028:1990 Versão Corrigida:1991 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6028:2003 Informação e documentação - Resumo - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6023:1989 Errata 1:1999 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada

12345

Norma	Status
A norma ABNT NBR 10719:1989 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10719:2009 Informação e documentação - Relatório técnico ou científico - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6023:1989 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6023:2000 Informação e documentação - Referências - Elaboração	Substituída
A norma ABNT NBR 6024:1989 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6024:2003 Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6027:1989 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6027:2003 Informação e documentação - Sumário - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 6034:1989 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6034:2004 Informação e documentação - Índice - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 10965:1989 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 10518:1988 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10518:1992 Preparação de guias de bibliotecas, centros de informação e documentação - Procedimento	Substituída
A norma ABNT NBR 10520:1988 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10520:1992 Apresentação de citações em documentos - Procedimento	Substituída

A norma ABNT NBR 10525:1988 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10525:2005 Informação e documentação - Número padrão internacional para publicação seriada - ISSN	Substituída
A norma ABNT NBR 10519:1988 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 10521:1988 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR ISO 2108:2008 Informação e documentação - Número Padrão Internacional de Livro (ISBN)	Substituída
A norma ABNT NBR 10524:1988 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6029:2002 Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação	Substituída
A norma ABNT NBR 10526:1988 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 10522:1988 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 10523:1988 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 10528:1988 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT/NB 1141:1988 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 10527:1987 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 6028:1987 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6028:1990 Versão Corrigida:1991 Resumos	Substituída
A norma ABNT NBR 6021:1986 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:1994 Apresentação de periódicos	Substituída
A norma ABNT NBR 6022:1986 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6022:1994 Apresentação de artigo em publicações periódicas	Substituída
A norma ABNT NBR 10524:1982 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10524:1988 Preparação de folha de rosto de livro - Procedimento	Substituída
A norma ABNT NBR 10518:1981 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 10518:1988 Preparação de indicadores de bibliotecas, centros de informação e documentação - Procedimento	Substituída
A norma ABNT NBR 6031:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6025:2002 Informação e documentação - Revisão de originais e provas	Substituída

A norma ABNT NBR 6031:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6025:2002 Informação e documentação - Revisão de originais e provas	Substituída
A norma ABNT NBR 6024:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6024:1989 Numeração progressiva das seções de um documento	Substituída
A norma ABNT NBR 6025:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6025:2002 Informação e documentação - Revisão de originais e provas	Substituída
A norma ABNT NBR 6026:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6026:1994 Legenda bibliográfica	Substituída
A norma ABNT NBR 6027:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6027:1989 Sumário	Substituída
A norma ABNT NBR 6028:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6028:1987 Resumos	Substituída
A norma ABNT NBR 6029:1980 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6029:1993 Apresentação de livros	Substituída
<b>12345</b>	
<b>Norma</b>	<b>Status</b>
A norma ABNT NBR 6030:1980 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT/NB 672:1980 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 11944:1979 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR ISO 2937:1999 Tecnologia gráfica - Impressos e tintas de impressão - Avaliação da resistência a solventes	Substituída
A norma ABNT NBR 6023:1978 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6023:1989 Referências bibliográficas	Substituída
A norma ABNT NBR 5339:1977 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 5339:1985 Papel e cartão formatos e pesos	Substituída
A norma ABNT NBR 12328:1977 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 12328:2000 Tecnologia gráfica - Formulários - Dimensões	Substituída
A norma ABNT NBR 6025:1976 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6025:1980 Revisão tipográfica	Substituída
A norma ABNT NBR 6028:1976 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6028:1980 Resumos	Substituída
A norma ABNT NBR 6032:1975 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6032:1989 Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas	Substituída
A norma ABNT NBR 6022:1974 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6022:1986 Apresentação de artigo de periódicos	Substituída

A norma ABNT NBR 6023:1974 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6023:1978 Referências bibliográficas	Substituída
A norma ABNT/PB 118:1972 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 5892:1972 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 5892:1989 Norma para datar	Substituída
A norma ABNT NBR 6024:1972 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6024:1980 Numeração progressiva das seções de um documento	Substituída
A norma ABNT NBR 6029:1972 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6029:1980 Apresentação de livros e folhetos	Substituída
A norma ABNT/NB 290:1972 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT/NB 63:1972 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 6021:1971 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:1986 Apresentação de publicações periódicas	Substituída
A norma ABNT NBR 6026:1971 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6026:1980 Legenda bibliográfica	Substituída
A norma ABNT NBR 6033:1971 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6033:1989 Ordem alfabética	Substituída
A norma ABNT NBR 6034:1971 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6034:1989 Preparação de índice de publicações	Substituída
A norma ABNT NBR 6023:1970 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6023:1974 Referências bibliográficas	Substituída
A norma ABNT/PB 109:1970 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT/PB 109:1970 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT/PB 110:1970 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 5339:1969 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 5339:1977 Papel e cartolina formatos e pesos	Substituída
A norma ABNT/TB 49:1967 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 6021:1964 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6021:1971 Apresentação de publicações periódicas e seriadas	Substituída
A norma ABNT NBR 6028:1964 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6028:1976 Resumos	Substituída
A norma ABNT NBR 6032:1964 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6032:1975 Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas	Substituída

Norma	Status
A norma ABNT NBR 6024:1963 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6024:1972 Numeração progressiva das seções de um documento	Substituída
A norma ABNT NBR 6025:1963 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 6025:1976 Revisão tipográfica	Substituída
A norma ABNT/NB 102:1961 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT/NB 63:1961 está cancelada. Substituída por: ABNT/NB 63:1972 Convenções cartográficas	Substituída
A norma ABNT/TB 43:1958 está cancelada e não possui substituta.	Cancelada
A norma ABNT NBR 5339:1945 está cancelada. Substituída por: ABNT NBR 5339:1969 Papel e cartolina formatos e pesos	Substituída

12345

Fonte: Catálogo da ABNT.